

**Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A**

**Demonstrações financeiras IFRS  
em 31 de dezembro de 2013 e 2012**

## **Conteúdo**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em IFRS	10



**KPMG Auditores Independentes**  
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33  
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil  
Caixa Postal 2467  
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000  
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001  
Internacional 55 (11) 2183-3034  
Internet www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras em IFRS**

À  
Administração do  
Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo “International Accounting Standard Board - IASB”.

São Paulo, 14 de março de 2014

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6



Rodrigo de Mattos Lia  
Contador CRC 1SP252418/O-3



**Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A**  
Demonstrações Financeiras de  
31 de dezembro de 2013 e 2012

**Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S.A.**

**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012**

*(Em milhares de reais)*

Ativo	Nota	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	1º de janeiro de 2012	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	1º de janeiro de 2012
Caixa e reserva em Banco Central	5	73.834	54.147	10.253	Passivos financeiros ao valor justo através do resultado		1.022.796	515.863	12.620
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado		63.310	118.426	4.246	Instrumentos financeiros derivativos	7	268.591	60.242	12.620
Títulos e valores mobiliários	6	50.351	93.269	-	Obrigações por empréstimos no exterior	16	754.205	455.621	-
Instrumentos financeiros derivativos	7	12.959	25.157	4.246	Passivos financeiros ao custo amortizado	17	2.932.063	2.252.360	1.837.351
Ativos financeiros disponíveis para venda		1.140.836	874.725	220.452	Depósitos de clientes		2.039.647	1.356.282	623.255
Títulos e valores mobiliários	9	1.140.836	874.725	220.452	Depósitos de instituições financeiras		57	35	96
Empréstimos e recebíveis		3.804.898	2.807.783	2.608.077	Captações no mercado aberto		148.510	227.018	60.388
Aplicações em operações compromissadas		2.390.142	1.843.027	1.528.287	Obrigações por empréstimos e repasses		743.849	669.025	1.153.612
Aplicações em depósitos interfinanceiros		55.469	19.717	92.742	Provisão para passivos contingentes e fiscais	19	73.104	57.663	50.625
Aplicações em moedas estrangeiras		62.978	39.575	17.734	Tributos a recolher	20	32.622	31.597	26.132
Operações de crédito	10	1.301.690	909.730	971.975	Imposto de renda e contribuição social diferidos	31	7.108	-	-
Provisão para redução ao valor recuperável	11	(5.381)	(4.266)	(2.661)	Outros passivos	20	101.884	83.264	43.985
Ativo imobilizado	14	31.356	23.288	6.287	Total do passivo		4.169.577	2.940.747	1.970.713
Ativos intangíveis	15	23.802	17.015	17.810	Patrimônio líquido	22	1.147.178	1.101.748	1.077.224
Imposto de renda e contribuição social diferido	31	-	3.903	892	Capital social		853.071	853.071	853.071
Outros ativos	13	178.719	143.208	179.920	Ações em tesouraria		(3.906)	(3.906)	(3.771)
Total do ativo		5.316.755	4.042.495	3.047.937	Reservas de capital		5.103	5.103	5.103
					Reservas de lucros		293.034	258.287	222.461
					Ajustes de avaliação patrimonial		(124)	(10.807)	360
					Total do passivo e patrimônio líquido		5.316.755	4.042.495	3.047.937

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras em IFRS.



## Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S.A.

### Demonstrações do resultado

*(Em milhares de reais)*

	<u>Nota</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Receitas de juros e similares	23	368.809	222.020
Despesas de juros e similares	24	<u>(251.410)</u>	<u>(82.682)</u>
<b>Receita líquida de juros</b>		<u>117.399</u>	<u>139.338</u>
Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros	25	62.451	28.389
Ganhos (perdas) cambiais, líquidos		16.904	2.818
Receita líquida de comissões e prestação de serviços	26	30.309	7.719
Provisão para redução ao valor recuperável de operações de crédito		(1.115)	(1.605)
Outras receitas (despesas) operacionais	27	(19.336)	790
Despesas de pessoal	28	(86.120)	(70.763)
Depreciação e amortização	29	(7.813)	(5.098)
Outras despesas administrativas	30	<u>(41.847)</u>	<u>(35.445)</u>
<b>Lucro bruto antes dos impostos</b>		<u>70.832</u>	<u>66.143</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	31	(29.585)	(24.140)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	31	<u>(3.889)</u>	<u>(4.433)</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u>37.358</u>	<u>37.570</u>
Quantidade de ações em circulação (por lote de mil ações)		4.332.060	4.332.060
<b>Lucro por ação básico e diluído atribuído aos acionistas do Banco (expresso em Reais por lote de mil ações)</b>		8,62	8,67

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras em IFRS.



## Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S.A.

### Demonstrações do resultado abrangente

*(Em milhares de reais)*

	<u>Nota</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u>37.358</u>	<u>37.570</u>
Resultado abrangente:			
Ganhos e perdas atuariais em planos de pensão de benefício definido - bruto	33	18.437	(18.437)
Efeito dos impostos		<u>(7.374)</u>	<u>7.374</u>
		11.063	(11.063)
Variação nos ganhos e perdas não realizados em ativos financeiros disponíveis para venda - bruto		(633)	(173)
Efeito dos impostos		<u>253</u>	<u>69</u>
		(380)	(104)
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		<u><u>48.041</u></u>	<u><u>26.403</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras em IFRS.



## Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

*(Em milhares de reais)*

	Capital social	Ágio por subscrição de ações	Reservas de capital		Reservas de lucro		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total do patrimônio líquido
			Outras reservas de capital	Legal	Estatutária	Lucros acumulados				
<b>Em 1º de janeiro de 2012</b>	853.071	4.947	156	19.413	203.048	360	-	(3.771)	1.077.224	
Lucro líquido do exercício							37.570		37.570	
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda						(104)			(104)	
Ganhos/perdas atuariais em planos de pensão de benefício definido						(11.063)			(11.063)	
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>						(11.167)	37.570		26.403	
Aquisição de ações de própria emissão								(135)	(135)	
Destinação do lucro:										
Reserva legal				1.461			(1.461)		-	
Reserva estatutária					34.365		(34.365)		-	
Dividendos propostos							(1.744)		(1.744)	
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	853.071	4.947	156	20.874	237.413	(10.807)	-	(3.906)	1.101.748	
Lucro líquido do exercício							37.358		37.358	
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda						(380)			(380)	
Ganhos/perdas atuariais em planos de pensão de benefício definido						11.063			11.063	
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>						10.683	37.358		48.041	
Reversão de dividendos propostos de anos anteriores					6				6	
Destinação do lucro:										
Reserva legal				2.259			(2.259)		-	
Reserva estatutária					32.482		(32.482)		-	
Dividendos propostos							(2.617)		(2.617)	
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	853.071	4.947	156	23.133	269.901	(124)	-	(3.906)	1.147.178	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras em IFRS.



**Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A**  
**Demonstrações Financeiras de**  
**31 de dezembro de 2013 e 2012**

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<b>Atividades operacionais - caixa líquido proveniente (utilizado)</b>	598.599	319.880
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<u>37.358</u>	<u>37.570</u>
<b>Ajustes ao lucro líquido:</b>	29.920	14.002
Provisão para redução do valor recuperável de operações de crédito	1.115	1.605
Depreciação e amortização	7.813	5.098
Provisão para passivos contingentes e fiscais	20.992	7.299
<b>(Aumento)/redução nos ativos operacionais:</b>	<u>(695.483)</u>	<u>(676.059)</u>
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado	55.116	(114.180)
Ativos financeiros disponíveis para venda	(266.744)	(654.446)
Reservas em Banco Central	(17.160)	(43.648)
Aplicações em depósitos interfinanceiros	(35.753)	32.895
Operações de crédito	(391.960)	62.245
Outros ativos	(38.982)	41.075
<b>Aumento/(redução) nos passivos operacionais:</b>	<u>1.226.804</u>	<u>944.367</u>
Instrumentos financeiros derivativos	208.349	47.622
Obrigações por empréstimos no exterior	298.584	455.621
Depósitos	683.387	732.966
Captações no mercado aberto	(78.508)	166.630
Obrigações por empréstimos e repasses ao custo amortizado	74.824	(484.587)
Tributos a recolher	1.025	5.465
Outros passivos	39.143	20.650
<b>Atividades de investimento - caixa líquido proveniente (utilizado)</b>	<u>(22.667)</u>	<u>(21.305)</u>
Alienação de imobilizado	11.542	21.424
Aquisição de imobilizado	(23.487)	(40.072)
Aquisição de intangível	(10.722)	(2.657)
<b>Atividades de financiamento - caixa líquido proveniente (utilizado)</b>	<u>(2.886)</u>	<u>(1.879)</u>
Dividendos pagos	(2.892)	(1.744)
Aquisição de ações em tesouraria	-	(135)
Reversão de dividendos propostos de anos anteriores	6	-
<b>(Aumento)/redução líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>573.046</u>	<u>296.696</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.887.864	1.591.168
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.460.910	1.887.864

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras em IFRS.



## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em IFRS

(Em milhares de Reais)

### 1 Informações gerais

O Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S.A. ("Banco"), situado na Av. Paulista, 1274, São Paulo, Brasil, desenvolve todas as atividades permitidas às instituições bancárias e opera como instituição financeira múltipla com: Carteira Comercial, de Investimento, de Crédito, Financiamento e Investimento e Carteira de Câmbio.

O Banco é constituído sob a forma de sociedade por ações e domiciliado no Brasil, sendo controlado diretamente pelo The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. ("Matriz"), tendo como *holding* Mitsubishi UFJ Financial Group, Inc. (controladora final do "Grupo"), ambas com sede no Japão.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Comitê de Auditoria em 14 de Março de 2014.

### 2 Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

#### 2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards*, ou IFRS), e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRIC), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e cobertas pelo IFRS 1 - "Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relatório Financeiro" (IFRS1(R)), que trata da adoção do IFRS pela primeira vez em 31 de dezembro de 2013. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os IFRS que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013.

A reconciliação e a descrição dos efeitos da transição das práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BR GAAP"), para o IFRS, relativas ao patrimônio líquido e ao resultado, estão demonstradas na Nota 34.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) ao valor justo através do resultado.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com o IFRS requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da administração. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações financeiras, estão demonstradas na Nota 3.



As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$) arredondados para o milhar mais próximo indicado.

## **2.2 Conversão em moeda estrangeira**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do Banco são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação do Banco.

Transações em moeda estrangeira são contabilizadas, no seu reconhecimento inicial, na moeda funcional, aplicando-se, a taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira na data da transação.

As variações cambiais que surgem da liquidação de tais transações e da conversão dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira por taxas cambiais de fechamento são reconhecidas como ganho ou perda na demonstração do resultado.

## **2.3 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa é representado por disponibilidades em moedas nacionais e estrangeiras. Equivalentes de caixa são representados por operações compromissadas (posição bancada), aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, e que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

## **2.4 Ativos financeiros**

O Banco classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) ao valor justo através do resultado, (b) empréstimos e recebíveis, e (c) disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Os juros dos ativos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado como "Receitas de juros e similares".

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Banco tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade.

### ***a. Ativos financeiros designados a valor justo através do resultado***

Os ativos financeiros ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Ativos financeiros são classificados nessa categoria quando são adquiridos principalmente com o objetivo de negociação no curto prazo.



Os ativos financeiros ao valor justo através do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa na demonstração do resultado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros" no período em que ocorrem.

**b. *Ativos financeiros disponíveis para venda***

São classificados como disponíveis para venda os ativos financeiros não derivativos que serão mantidos por um período indefinido, que podem ser vendidos em resposta à necessidade de liquidez ou à mudança de taxa de juros, taxa de câmbio ou preços de ações. Os ativos classificados nesta categoria são registrados inicialmente ao valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis, sendo posteriormente mensurados ao valor justo com as alterações no valor justo apresentadas na demonstração do resultado abrangente.

**c. *Empréstimos e recebíveis***

Nessa categoria, incluem-se os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis do Banco compreendem as "Aplicações em operações compromissadas", "Aplicações em depósitos interfinanceiros", "Aplicações em moedas estrangeiras" e "Operações de crédito".

São representados pelos recursos entregues para originar o empréstimo, acrescidos de quaisquer custos diretamente atribuíveis à transação menos as taxas recebidas. Empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros, menos quaisquer reduções no valor recuperável. Os empréstimos são reconhecidos quando os recursos são liberados aos mutuários e baixados quando o direito de receber fluxos de caixa tenha expirado ou o Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios de sua titularidade.

## **2.5 Passivos financeiros**

O Banco classifica seus passivos financeiros sob as seguintes categorias: (a) ao valor justo através do resultado e (b) ao custo amortizado. A administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

**a. *Passivos financeiros ao valor justo através do resultado***

Os passivos financeiros ao valor justo são passivos financeiros mantidos para negociação. Passivos financeiros são classificados nessa categoria quando são incorridos principalmente com o propósito de negociação em um futuro próximo ou se fazem parte de um portfólio de instrumentos financeiros identificados que são administrados conjuntamente e existe evidência de um padrão recente de obtenção de lucros no curto prazo.

As despesas de juros provenientes destes instrumentos são incluídas na demonstração do resultado na conta "Despesas de juros e similares".

Os ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo do instrumento são reconhecidos no resultado na conta "Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros".



**b. Passivos financeiros ao custo amortizado**

Passivos financeiros ao custo amortizado compreendem aqueles que são atualizados subsequentemente pela taxa efetiva de juros (conforme descrito no item 2.10 desta nota explicativa), que desconta os pagamentos futuros estimados de juros ao longo da existência do passivo. O cálculo da taxa efetiva inclui todas as despesas (receitas) associadas ao instrumento.

As despesas de juros correspondentes estão incluídas na conta "Despesas de juros e similares".

**2.6 Instrumentos financeiros derivativos e hedge accounting**

Derivativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente remensurados pelos seus valores justos. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de proteção (*hedge accounting*).

Para a determinação do valor justo de derivativos, deve-se avaliar se o instrumento em questão é negociado em um mercado ativo ou não. Neste segundo caso, o cálculo do valor justo é realizado através de técnicas de precificação, incluindo fluxo de caixa descontado e outros modelos de precificação.

Os derivativos são considerados ativos quando o valor justo for positivo, e passivos se este for negativo.

**a. Derivativos para negociação**

Os derivativos que não se qualificam como *hedge accounting* são classificados como instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado na categoria de mantidos para negociação.

As mudanças no valor justo destes instrumentos são reconhecidas no resultado do período sob a rubrica "Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros".

**b. Derivativos para proteção (*hedge accounting*)**

Certos derivativos são utilizados para proteger exposições a risco que atendam aos critérios de contabilização como *hedge accounting*.

O Banco adota o *hedge accounting* e designa certos derivativos como *hedge* de valor justo.

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco protegido. O Banco aplica a contabilidade de *hedge* de valor justo para se proteger contra o risco de taxa de juros e variação cambial. O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva do *hedge* é reconhecido na demonstração do resultado como "Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros", juntamente com a parcela inefetiva.



Se for determinado que um instrumento derivativo designado para *hedge* não é altamente efetivo no *hedge* da exposição designada, a relação e contabilização do *hedge* é descontinuada, e o ajuste no valor contábil do item protegido por *hedge*, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

O Banco documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. A avaliação e documentação da efetividade das relações de *hedge* são revisadas mensalmente para confirmar se o instrumento de *hedge* foi e continua a ser efetivo na compensação de variações no valor justo dos itens protegidos por *hedge*.

Os valores justos dos instrumentos derivativos usados para fins de *hedge* estão divulgados na Nota 8.

O Banco não possuía derivativos qualificados como *hedge* em 1º de janeiro de 2012.

## **2.7 Apresentação de instrumentos financeiros pela posição líquida entre ativos e passivos**

Um ativo financeiro pode ser compensado com um passivo financeiro e ser reportado pelo seu valor líquido no balanço patrimonial se houver o direito ou obrigação legal de compensar os montantes reconhecidos no balanço patrimonial e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, realizando um ativo e liquidando um passivo simultaneamente.

## **2.8 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros**

O Banco avalia no mínimo a cada data de balanço a existência de qualquer evidência objetiva de que um ativo ou um grupo de ativos financeiros estejam deteriorados. Um ativo ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado e são incorridas perdas por redução ao valor recuperável caso exista a evidência objetiva de deterioração como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial do ativo ("evento de perda") e se esse evento (ou eventos) de perda apresentar impacto nos fluxos de caixa futuros estimados que possa ser confiavelmente estimado.

Dentre as principais evidências objetivas de deterioração de um ativo financeiro ou de uma carteira gerando redução do valor recuperável estão:

- Dificuldade financeira significativa do devedor;
- Desempenho de negócios inconstantes com possibilidade de inadimplência no repagamento de principal ou pagamento de juros;
- Quebra de contrato;
- Problemas referentes às condições do empréstimo, para os quais as taxas de juros foram reduzidas ou proteladas;
- Atraso;



- Probabilidade crescente de o devedor entrar em falência ou recuperação judicial;
- O desaparecimento de um mercado ativo para títulos e valores mobiliários (TVM) devido a dificuldades financeiras.

O Banco avalia se a evidência objetiva de redução no valor recuperável existe individualmente para ativos financeiros que sejam individualmente significativos ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos.

Caso seja identificada evidência objetiva de redução no valor recuperável nos ativos não significativos, estes também serão analisados individualmente.

Se o Banco determinar que não existe qualquer evidência objetiva de redução no valor recuperável de um ativo financeiro avaliado individualmente, quer seja significativo ou não, o ativo será incluído em um grupo de ativos financeiros com características semelhantes de risco de crédito e avaliado em conjunto a fim de determinar eventual redução em seu valor recuperável.

Os ativos que são avaliados individualmente quanto à redução no valor recuperável, e para os quais uma perda seja ou continue a ser reconhecida, não são incluídos numa avaliação conjunta para determinar uma eventual redução em seu valor recuperável.

Para os empréstimos e adiantamentos e para os ativos mantidos até o vencimento, o valor da perda por redução no valor recuperável é mensurada como sendo a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontado à taxa de juros efetiva original do ativo. O montante da perda é reconhecido através de uma provisão, sendo incluído na demonstração do resultado.

Após a redução no valor recuperável, a receita financeira é reconhecida através da taxa de juros efetiva original, que é usada para descontar os fluxos de caixa futuros a fim de calcular a perda no valor recuperável.

**a. *Análise Individual***

O Banco realiza análise individual para clientes significativos.

O Banco possui como critério de identificar clientes individualmente significativos aqueles que possuem exposição de ativos acima de R\$50.000.000,00 na data-base apurada. Caso haja evidências de perda, esta é mensurada através do cálculo do valor presente dos fluxos de caixas estimados das operações.

**b. *Análise Coletiva***

O Banco realiza análise coletiva de acordo com as características similares de risco de crédito, que são indicativos da capacidade dos devedores em pagar os montantes de acordo com os termos contratuais.

O Banco considera os clientes classificados nos ratings considerados de alto risco, para cálculo da provisão coletiva por estes apresentarem um histórico de perda incorrida, e os correspondentes percentuais de provisão.



Quando irrecuperável, um empréstimo será baixado contra a provisão para redução em seu valor recuperável. Esses empréstimos são baixados após a conclusão de todos os procedimentos necessários e a determinação do montante da perda.

Se, em um período posterior, o montante da perda no valor recuperável diminuir e essa redução puder estar relacionada de maneira objetiva a um evento ocorrido após o reconhecimento da redução no valor recuperável, a perda no valor recuperável anteriormente reconhecida será revertida através do ajuste na provisão. O montante da reversão é reconhecido na demonstração do resultado.

## **2.9 Receitas e despesas de juros**

As receitas e despesas de juros sobre ativos e passivos financeiros são reconhecidas na demonstração do resultado pelo método da taxa efetiva de juros que é o método utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e de alocar a receita ou a despesa de juros no período apropriado. As taxas e os custos diretos relativos a concessão, refinanciamento ou reestruturação de empréstimos e compromissos de empréstimo são diferidos e amortizados contra juros recebidos em empréstimos e adiantamentos utilizando este método.

A receita líquida de juros apresentada na demonstração do resultado inclui:

- juros sobre ativos e passivos financeiros ao custo amortizado; e
- juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda.

Quando o valor de um ativo ou um grupo de ativos financeiros similares for reduzido em decorrência da redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida com base na taxa efetiva de juros utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros para fins de mensuração da redução ao valor recuperável.

## **2.10 Receita líquida de comissões e prestações de serviços**

As receitas e despesas de taxas e comissões de um ativo ou passivo financeiro, que são adicionais e diretamente relacionadas à transação, são incluídas no cálculo da taxa de juros efetiva.

As receitas de taxas e comissões que não fazem parte dos juros efetivos e são decorrentes da negociação, ou participação na negociação de uma transação com terceiros, tais como compensação de títulos ou a compra ou venda de negócios, são reconhecidas de acordo com a competência à medida que os serviços são prestados.

## **2.11 Ativo imobilizado**

Ativo imobilizado compreende, principalmente, edificações, terrenos, máquinas e equipamentos de uso, sistemas de processamento de dados, sistemas de transporte, sistemas de segurança e sistemas de comunicação. O imobilizado está demonstrado pelo custo histórico deduzidos da depreciação acumulada. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável a geração de benefícios



econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são reconhecidos no resultado do exercício como despesas operacionais, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

- Edificações - 25 anos.
- Máquinas e equipamentos de uso - 10 anos.
- Sistemas de processamento de dados - 5 anos.
- Sistemas de transporte - 5 anos.
- Sistemas de segurança - 10 anos.
- Sistemas de comunicação - 10 anos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de perdas por redução ao valor recuperável a cada data de balanço e sempre que os eventos indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. O valor recuperável é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração do resultado.

## **2.12 Ativos intangíveis**

Ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados utilizando-se o método linear pela vida útil do respectivo ativo. Apesar de sujeitos a amortização, esses ativos são revisados para a verificação de deterioração sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.



### **2.13 Redução ao valor recuperável de ativos imobilizados e intangíveis**

Em cada data de publicação, o Banco avalia a existência de qualquer indicação de redução no valor recuperável de seus ativos intangíveis e ativo imobilizado. Estes ativos são submetidos a testes para determinar qualquer redução no valor recuperável anualmente, ou com mais frequência caso ocorram eventos ou mudanças nas circunstâncias que indiquem perdas em seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado do período.

### **2.14 Provisões para contingências**

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando o Banco tem uma obrigação presente ou não formalizada (obrigação construtiva) como resultado de eventos passados; e que seja provável a saída de recursos para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado confiavelmente.

Quando há um grupo de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada pelo Banco, levando-se em consideração o grupo de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído no mesmo grupo de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como "Despesas de juros e similares".

### **2.15 Benefícios a empregados**

#### ***a. Benefícios de curto prazo***

Os benefícios de curto prazo são aqueles a serem pagos totalmente dentro de 12 meses, após o final do exercício em que os serviços foram prestados. Os benefícios que compõem esta categoria são salários, contribuições para a seguridade social, ausências de curto prazo, participação nos resultados e benefícios não monetários, os quais são mensurados em bases não descontados e são incorridas como despesa conforme o serviço relacionado seja prestado.

#### ***b. Benefícios de aposentadoria***

Estes são segregados em planos de contribuição definida e de benefício definido.

Um plano de benefício definido é aquele em que o Banco deve fazer aportes adicionais em caso de não haver recursos suficientes para pagar os participantes. Neste tipo de plano, há um valor definido de benefício que o empregado receberá em sua aposentadoria. Assim sendo, devem ser incluídas variáveis atuariais para calcular o valor a ser contabilizado.

O Banco é patrocinador da Previda Sociedade de Previdência Privada ("Previda"), uma entidade fechada de previdência privada, de benefício definido, contribuindo mensalmente com um percentual sobre a folha de pagamento dos participantes.



Um plano de contribuição definida é aquele onde o Banco faz aportes a uma entidade separada, onde não há responsabilidade do Banco (legal ou construtiva) de fazer aportes adicionais, caso o fundo não tenha recursos suficientes para pagar todos os funcionários, isto é, os riscos recaem sobre o funcionário.

O Banco é patrocinador de um plano de previdência complementar, de contribuição definida, administrado pelo Bradesco Vida e Previdência S.A., Fitprev Plano de Benefícios de Contribuição Definida ("Fitprev") para seus funcionários e administradores, admitidos após o fechamento do plano Previdada.

O plano de benefício definido foi fechado para novos integrantes em Agosto 2013. Atualmente, o banco disponibiliza o plano de contribuição definida aos seus funcionários.

**c. *Benefícios rescisórios***

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o emprego é rescindido pelo Banco antes da data normal de aposentadoria ou sempre que o empregado aceitar a demissão voluntária em troca do respectivo benefício. É reconhecido nas demonstrações financeiras se as entidades estiverem dispostas e comprometidas com a rescisão, geralmente através de um plano formal e detalhado, que não pode ser suspenso ou cancelado, ou o fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária. Os benefícios que vencem em mais de 12 meses após a data do balanço são descontados ao seu valor presente.

O Banco disponibiliza assistência médica pós-emprego aos seus funcionários como forma de benefícios rescisórios.

**d. *Participação nos lucros***

O Banco reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados (reconhecido como "Despesas de pessoal" na demonstração do resultado). O Banco reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (obrigação construtiva).

**2.16 Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos ("impostos sobre a renda"). Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os impostos sobre a renda são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto sobre a renda diferido ativo for realizado ou quando o imposto sobre a renda diferido passivo for liquidado. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Banco nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.



O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual possam ser usadas diferenças temporárias.

Os prejuízos fiscais disponíveis para compensação com lucros de exercícios futuros são reconhecidos como um ativo quando for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais possam ser usados esses prejuízos.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

## **2.17 Patrimônio líquido**

### **a. Capital social**

O capital social é composto por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

### **b. Ações em tesouraria**

Instrumentos patrimoniais próprios do Banco que foram adquiridos (ações em tesouraria) são deduzidos do patrimônio líquido e contabilizados pelo custo. Valores pagos ou recebidos na compra, na venda, na emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no lucro ou prejuízo na compra, na venda, na emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios.

### **c. Reservas**

As reservas de capital são compostas pela reserva de ágio por subscrição de ações e a reserva de ágio na alienação de ações em tesouraria.

A reserva legal é constituída na forma prevista na legislação societária, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social, com base nos resultados apurados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

A reserva estatutária corresponde à transferência dos recursos contabilizados na conta de lucros acumulados, para formação de capital de giro e manutenção de margem operacional conforme previsto no estatuto social.

### **d. Lucro por ação**

O Banco apresenta dados de lucro por ação básico, calculado dividindo-se o lucro líquido do Banco pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas durante o exercício.

Não existem diferenças entre lucro por ação e lucro diluído por ação.



**e. Dividendos a pagar**

A distribuição de dividendos aos acionistas do Banco é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

O estatuto social prevê a distribuição de um dividendo mínimo de 6% do lucro líquido.

**2.18 Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor**

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2013 e não foram adotadas antecipadamente pelo Banco:

- IFRIC 21 - "Taxas". A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Não são esperados impactos decorrentes da aplicação desta interpretação. Essa interpretação é aplicável a partir de 1 de janeiro de 2014.
- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Banco está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1 de janeiro de 2015.
- Alteração ao IAS 32 - "Instrumentos Financeiros: Apresentação", sobre compensação de ativos e passivos. A alteração traz esclarecimentos adicionais à orientação de aplicação contida no IAS 32, sobre as exigências para compensar ativos financeiros e passivos financeiros no balanço patrimonial. O Banco está avaliando o impacto da alteração. A alteração da norma é aplicável a partir de 1 de janeiro de 2014.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Banco.

**3 Usos de premissas, estimativas e julgamentos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados pela administração e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis de ativos e passivos estão contempladas abaixo:



**a. Mensuração do valor recuperável**

O Banco reconhece as perdas inerentes a ativos financeiros não mensurados ao valor justo levando em conta a experiência histórica de perda de valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação. Com essa finalidade, perdas inerentes são perdas incorridas na data-base da apresentação das demonstrações financeiras, calculadas por meio da mensuração do valor presente dos fluxos de caixas estimados das operações nas quais foram constatadas evidências objetivas de deterioração, a política contábil do Banco para perdas pela redução ao valor recuperável está descrita na nota explicativa (2.8 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros) e (2.13 Redução ao valor recuperável de ativos imobilizados e intangíveis).

**b. Valor justo de instrumentos financeiros**

O valor justo de um instrumento financeiro é o valor pelo qual ele pode ser comprado ou vendido em uma negociação entre partes não relacionadas. Caso o preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento, o valor justo é calculado através de modelo interno com base nesse preço.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial não pode ser derivado de um mercado ativo, eles são determinados utilizando uma variedade de técnicas de valorização que inclui o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis do mercado sempre que possível, mas, quando os dados não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. Os julgamentos incluem considerações de liquidez e modelos de variáveis como volatilidade de derivativos de longo prazo e taxas de desconto e taxas de pré-pagamento.

A metodologia utilizada para avaliar o valor justo dos instrumentos financeiros da entidade é descrita em detalhes na Nota 18.

**c. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos**

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente em relação às diferenças temporárias na medida em que se considera provável que o Banco terá lucro tributável futuro de forma que tais ativos fiscais diferidos possam ser realizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em projeções de eventos e tendências de mercado.

Maiores detalhes são divulgados na Nota 2.16.

**d. Ativos e passivos contingentes**

Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros.

Ativos contingentes - Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem sua realização.



Passivos contingentes - Decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos.

**e. Obrigações com benefícios de aposentadoria**

Os planos de benefício definido são mensurados por cálculos atuariais, sendo as principais premissas a inflação, a taxa de desconto, o índice de mortalidade e o retorno do investimento. O retorno sobre os ativos representa a média dos retornos esperados ponderados por classe de ativos. Os retornos sobre investimento em ações são baseados nos rendimentos de títulos do governo com um prêmio para refletir o retorno adicional esperado em investimentos em ações. Os índices de inflação selecionados têm por base a meta de inflação do Banco Central do Brasil.

As premissas relativas à mortalidade são baseadas nas tábuas adotadas como padrão pelo respectivo setor e adotadas em nível nacional. As taxas de desconto se baseiam em índices específicos de títulos corporativos que refletem a curva de rendimentos inerente a cada plano. A estimativa do índice de aumento salarial futuro está sujeita ao julgamento da administração. Todas as premissas são imparciais, compatíveis mutuamente e baseadas em expectativas de mercado, a política contábil que descreve esta estimativa esta descrita na nota explicativa 2.15.

## **4 Gestão de riscos financeiros**

### **4.1 Risco de crédito**

Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A definição de risco de crédito compreende:

- O risco de crédito da contraparte, entendido como a possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo aquelas relativas à liquidação de instrumentos financeiros derivativos;
- O risco país, entendido como a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por tomador ou contraparte localizada fora do país, decorrentes de alterações no desenvolvimento político, econômico ou social do país, bem como o risco de transferência, entendido como a possibilidade de ocorrência de entraves na conversão cambial dos valores recebidos; em decorrência de ações realizadas pelo governo do país onde está localizado o tomador ou contraparte;
- A possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante;
- A possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito.



A tabela abaixo representa o pior cenário de exposição ao risco de crédito para o Banco em 31 de dezembro 2013 e de 2012 e em 1º de janeiro de 2012, sem considerar qualquer garantia ou outras melhorias de crédito agregadas. Para ativos registrados no balanço patrimonial, as exposições descritas acima são baseadas em valores contábeis, conforme reportados no balanço patrimonial.

	<b>Exposição máxima</b>		
	<b>31 de dezembro de 2013</b>	<b>31 de dezembro de 2012</b>	<b>1º de janeiro de 2012</b>
A exposição ao risco de crédito relativo a ativos registrados no balanço patrimonial é a seguinte			
Caixa e reserva em Banco Central	73.834	54.147	10.253
Títulos e valores mobiliários	1.191.187	967.994	220.452
Instrumentos financeiros derivativos	12.959	25.157	4.246
Aplicações em operações compromissadas	2.390.142	1.843.027	1.528.287
Aplicações em depósitos interfinanceiros	55.469	19.717	92.742
Aplicações em moedas estrangeiras	62.978	39.575	17.734
Operações de crédito	1.301.690	909.730	971.975
	<u>5.088.259</u>	<u>3.859.347</u>	<u>2.845.689</u>
Garantias prestadas- avais e fianças ( <i>off balance</i> )	<u>201.611</u>	<u>198.201</u>	<u>197.172</u>
<b>Total da exposição ao risco de crédito incluindo as garantias prestadas</b>	<b><u>5.289.870</u></b>	<b><u>4.057.548</u></b>	<b><u>3.042.861</u></b>

#### **4.1.1 Mensuração do risco de crédito**

##### **a. Empréstimos e recebíveis**

O Banco tem sua política de negócios voltada ao mercado de crédito, atendendo a necessidade de filiais de empresas japonesas no Brasil, multinacionais de grande porte e os grandes conglomerados nacionais.

Os clientes possuem classificação de risco (*rating*) e limites de crédito previamente aprovados, baseados em critérios de análise de crédito próprios da instituição, e também pela necessidade indicada pelo cliente, porém, levando sempre em consideração a capacidade de repagamento a partir da análise da situação econômico-financeira do cliente.

Neste âmbito são aplicadas as mais diversas técnicas de análise de crédito, sempre considerando a capacidade de geração de resultados, capacidade de geração de caixa através da análise do fluxo de caixa, grau de endividamento, setor de atividade econômica, garantias, natureza do crédito e qualidade de governança da administração.

A documentação é submetida à aprovação do Diretor do Risco de Crédito e Presidência.

Em razão do foco de negócio do Banco, as garantias estão em sua maioria baseadas em emissões de cartas de garantias das matrizes, cobrindo o risco comercial de suas filiais no Brasil.



A área de Risco de Crédito é responsável por monitorar informações sobre setores e/ou contrapartes específicas com o intuito de identificar informações que possam antecipar potencial deterioração na capacidade da contraparte em honrar suas obrigações. Tal acompanhamento é realizado através de diversas ferramentas e canais de informações disponibilizados pelo Banco, os quais o permite analisar diferentes aspectos e tendências dos setores ou indústrias.

O monitoramento abrange uma série de métricas financeiras da contraparte em relação à fluxo de caixa, faturamento, crescimento, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (“EBITDA”), alavancagem, dentre outras.

*b. Classificações internas*

<u>Nível de risco</u>	<u>Definições</u>
Baixo risco	O pagamento da dívida é altamente certo e estável.
Médio risco	Não há problemas referentes à certeza de repagamento da dívida, mas existe possibilidade de que a credibilidade caia no longo prazo.
Alto risco	Tomadores que devem ser monitorados com cuidado devido ao desempenho de negócios e condições financeiras que apresentam risco com relação ao repagamento da dívida.

**4.1.2 Ativos financeiros**

Os ativos financeiros estão resumidos abaixo:

	<u>31 de dezembro de 2013</u>			
	<u>Não vencidos e sem evento de perda</u>	<u>Vencidos e sem evento de perda (*)</u>	<u>Com evento de perda</u>	<u>Total</u>
Títulos e valores mobiliários	1.191.187	-	-	1.191.187
Instrumentos financeiros derivativos	12.959	-	-	12.959
Aplicações em operações compromissadas	2.390.142	-	-	2.390.142
Aplicações em depósitos interfinanceiros	55.469	-	-	55.469
Aplicações em moedas estrangeiras	62.978	-	-	62.978
Operações de crédito	1.301.689	1	-	1.301.690
	<u>5.014.424</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>5.014.425</u>



**Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A**  
 Demonstrações Financeiras de  
 31 de dezembro de 2013 e 2012

**31 de dezembro de 2012**

	<b>Não vencidos e sem evento de perda</b>	<b>Vencidos e sem evento de perda (*)</b>	<b>Com evento de perda</b>	<b>Total</b>
Títulos e valores mobiliários	967.994	-	-	967.994
Instrumentos financeiros derivativos	25.157	-	-	25.157
Aplicações em operações compromissadas	1.843.027	-	-	1.843.027
Aplicações em depósitos interfinanceiros	19.717	-	-	19.717
Aplicações em moedas estrangeiras	39.575	-	-	39.575
Operações de crédito	907.869	1.861	-	909.730
	<u>3.803.340</u>	<u>1.861</u>	<u>-</u>	<u>3.805.200</u>

**1º de janeiro de 2012**

	<b>Não vencidos e sem evento de perda</b>	<b>Vencidos e sem evento de perda (*)</b>	<b>Com evento de perda</b>	<b>Total</b>
Títulos e valores mobiliários	220.452	-	-	220.452
Instrumentos financeiros derivativos	4.246	-	-	4.246
Aplicações em operações compromissadas	1.528.287	-	-	1.528.287
Aplicações em depósitos interfinanceiros	92.742	-	-	92.742
Aplicações em moedas estrangeiras	17.734	-	-	17.734
Operações de crédito	971.973	2	-	971.975
	<u>2.835.434</u>	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>2.835.436</u>

(\*) Todas as operações estão vencidas há menos de 90 dias, conforme demonstrado na Nota 10, sem evidência objetiva de impairment.

A qualidade de crédito da carteira de ativos financeiros é avaliada por referência ao sistema interno de classificação adotado pelo Banco.

**31 de dezembro de 2013**

	<b>Baixo risco</b>	<b>Médio risco</b>	<b>Alto risco</b>	<b>Total</b>
Títulos e valores mobiliários	1.191.187	-	-	1.191.187
Instrumentos financeiros derivativos	9.455	3.489	15	12.959
Aplicações em operações compromissadas	2.389.743	399	-	2.390.142
Aplicações em depósitos interfinanceiros	51.825	3.644	-	55.469
Aplicações em moedas estrangeiras	62.978	-	-	62.978
Operações de crédito	289.599	957.143	54.948	1.301.690
	<u>3.994.787</u>	<u>964.675</u>	<u>54.963</u>	<u>5.014.425</u>



<b>31 de dezembro de 2012</b>				
	<b>Baixo risco</b>	<b>Médio risco</b>	<b>Alto risco</b>	<b>Total</b>
Títulos e valores mobiliários	967.994	-	-	967.994
Instrumentos financeiros derivativos	8.256	16.855	46	25.157
Aplicações em operações compromissadas	1.643.027	200.000	-	1.843.027
Aplicações em depósitos interfinanceiros	15.102	4.615	-	19.717
Aplicações em moedas estrangeiras	39.575	-	-	39.575
Operações de crédito	323.531	543.953	42.246	909.730
	<u>2.997.485</u>	<u>765.423</u>	<u>42.292</u>	<u>3.805.200</u>
<b>1º de janeiro de 2012</b>				
	<b>Baixo risco</b>	<b>Médio risco</b>	<b>Alto risco</b>	<b>Total</b>
Títulos e valores mobiliários	220.452	-	-	220.452
Instrumentos financeiros derivativos	83	4.163	-	4.246
Aplicações em operações compromissadas	1.228.123	300.164	-	1.528.287
Aplicações em depósitos interfinanceiros	72.515	20.227	-	92.742
Aplicações em moedas estrangeiras	17.734	-	-	17.734
Operações de crédito	492.966	452.763	26.246	971.975
	<u>2.031.873</u>	<u>777.317</u>	<u>26.246</u>	<u>2.835.436</u>

#### 4.2 Risco de mercado

Risco de mercado é definido como a possibilidade de perda decorrente da oscilação de preços de ativos e passivos resultantes das mudanças dos fatores de risco de mercado, como taxa de juros, taxas de câmbio, preços de ações e commodities.

A Política de Gerenciamento de Risco de Mercado e seus aditivos são aprovados pela Diretoria do Banco.

A Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado é revisada com periodicidade mínima anual, a fim de determinar sua compatibilidade com os objetivos do Banco e com as condições de mercado.

A estrutura de gerenciamento de risco de mercado conta com a participação diretiva do Banco através do Comitê de ALM (*Asset Liability Management Committee*) onde são estabelecidas as estratégias e diretrizes para a gestão, o monitoramento e o acompanhamento dos riscos de mercado e de liquidez. Nas reuniões do Comitê de ALM são apresentados os principais tópicos relacionados ao risco de mercado, tais como o Value at Risk (“valor em risco” ou “VaR”) total e por fator de risco, simulações de condições extremas dos fatores de risco de mercado (testes de estresse) além da avaliação da condição de liquidez do Banco, , estratégias de *hedge*, *trading* e investimento.

Integram o Comitê de ALM: a presidência, departamento de Planejamento, departamento Risk Management - Grupo Market Risk Control ("DRM - GMRC"), Tesouraria e o departamento de Pesquisa Econômica.



Os limites de risco são analisados de acordo com os seguintes critérios:

- Apetite de risco do Banco
- Atividades passadas, correntes e planejadas
- Concentração de risco por atividade e mercado
- Capital disponível
- Resultados passados, metas e projetados
- Liquidez de mercado
- Capacidade operacional e de controle
- Confiança, conhecimento e capacidade dos operadores
- Exposição dentro dos limites operacionais estabelecidos pelas regras do Banco Central do Brasil (“Banco Central”).

#### 4.2.1 *Técnicas de mensuração do risco de mercado*

O Banco utiliza os seguintes tipos básicos de limites de risco:

- Limite de VaR - o valor em risco indica o valor máximo de perda de uma carteira a que o Banco está sujeito no curso de seus negócios, considerando determinado intervalo de confiança estatístico. A medida efetiva do valor em risco depende do período de tempo considerado. Assim, o VaR de um dia corresponde ao valor máximo de eventuais perdas para um determinado dia de negócios.

#### **Value at Risk (VaR)**

- Fator de confiança - 97,7%
- Horizonte de tempo - cinco dias

MilharesBRL	31 de dezembro de 2013					VaR
	VaR por fator de risco					
Book	FX risk	Reais	Dólares	Euros	Ienes	Total
Banking	272.317	115.356	42.726	365	-	320.908
Trading	89.347	61.588	201.830	76.484	17.786	394.344
Total	359.326	142.334	241.595	76.254	17.786	648.180



MilharesBRL

Book	FX risk	VaR por fator de risco				VaR Total
		Reais	Dólares	Euros	Ienes	
Banking	934.803	80.499	113.346	1	-	919.316
Trading	844.233	31.883	161.401	130.947	12.989	903.188
Total	90.957	94.348	250.726	130.947	12.989	350.360

- Limites de sensibilidade - indicador que permite ao operador avaliar rapidamente a variação do valor de uma carteira, quando ocorrer variação de um basis point (0,01%) ao longo da curva de juros.
- Valores *notional* - limita concentrações excessivas em determinados ativos/vencimentos, de forma a não comprometer a liquidez dos portfólios.
- Limites de perdas (“*stop loss*”) - corresponde a tolerância máxima de perdas (líquidas), acumuladas ao longo de um semestre fiscal (japonês). Deve ser estabelecido também um *stop loss* diário, para cada carteira/operador.
- *Consultant Limit (60% loss cut limit)* - tem o objetivo alertar a Tesouraria, bem como definir estratégias de contenção.
- *Net short position* - limite que representa o valor líquido (compras x vendas) de exposição em moeda estrangeira, sempre o equivalente em dólares.

Os principais fatores de riscos monitorados são:

- Risco cambial
- Risco de taxa de juros prefixada
- Risco de cupom de índices de inflação
- Risco de cupom de moedas
- Risco de ações
- Risco de *commodities*
- Risco de volatilidade

O Banco Central estabelece exigência de capital sobre risco de mercado de acordo com as regras estabelecidas nas Circulares 3.361, 3.362; onde:

- PJur1: Parcela referente ao fator de risco de mercado de taxa de juros pré-fixadas denominadas em reais da carteira de negociação;



- PJur2: parcela referente ao fator de risco de mercado de cupom de moeda estrangeira da carteira de negociação.

	<u>31 de dezembro de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u>
Taxa de juros		
PJur1 – pré-fixado	1.467	471
PJur2 – cupom de moeda	58.487	34.683
PJur3 – cupom de índices de preços	-	-
PJur4 – cupom de juros	-	-
Taxa de câmbio		
Exposição comprada a taxa de juros	-	15.154

### 4.3 Risco de liquidez

Por ser o risco de liquidez um risco inerente às suas atividades de negócios, o Banco mantém uma estrutura de gerenciamento de risco de liquidez compatível com a natureza das suas operações e complexidade dos produtos e dimensão da sua exposição a este risco.

O risco de liquidez pode ser definido como:

- (i) o risco que advém da possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas;
- (ii) a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez conta com a participação diretiva do Banco através do Comitê de ALM onde são estabelecidas as estratégias e diretrizes para a gestão, o monitoramento e o acompanhamento dos riscos de liquidez.

As atividades relacionadas gerenciamento de risco de liquidez envolvem:

- avaliação diária do nível de liquidez do Banco;
- projeção do fluxo de caixa e da evolução da liquidez;
- avaliação mensal da liquidez do Banco em cenários de *stress* de liquidez;
- avaliação do impacto do resultado dos testes de *stress* sobre o balanço do Banco, bem como as contramedidas necessárias em cada um dos cenários avaliados;
- avaliação do grau de concentração das carteiras de empréstimos e depósitos;
- acompanhamento dos *guidelines* de liquidez;
- elaboração da Política de Gerenciamento de Liquidez;



- elaboração do Plano de Contingência de Liquidez;
- reporte mensal ao Banco Central do Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL);
- avaliação do risco de liquidez como parte da aprovação de novos produtos.

Os indicadores e cenários de *stress* são revistos semestralmente.

Para a realização dos testes de *stress* de liquidez das posições do Banco são considerados três cenários:

- Cenário 1 - crise de *funding* de liquidez da instituição (rebaixamento de *rating* de crédito em dois níveis);
- Cenário 2 - crise de *funding* de liquidez de forma generalizada no mercado;
- Cenário 3 - combinação dos Cenários 1 e 2.

#### 4.3.1 **Processo de gestão do risco de liquidez**

A Política Básica de Gestão do Risco de Liquidez segue os chamados Estágios de Exposição.

Estes estágios estão relacionados ao grau de dificuldade na obtenção de *funding*. Quando o estágio se eleva, as divisões relacionadas da Matriz devem cooperar tanto quanto possível para a redução do risco de liquidez de *funding* da Matriz e do Grupo.

São três os *status* dos estágios de liquidez que devem ser utilizados por todo o Grupo: (i) "normal", (ii) "preocupante" e (iii) "crise".

A alteração do estágio de liquidez é consequência do diagnóstico realizado pela Tesouraria ou DRM - GMRC, devido à condição corrente no mercado de *funding* ou por constatação pelo DRM - GMRC em relação à condição de liquidez do Banco.

O Banco utiliza-se também de um indicador de liquidez mínima. A liquidez mínima é um *guideline* parametrizado e reavaliado periodicamente pelo DRM - GMRC e é submetido à aprovação da Presidência. O *guideline* tem o seu acompanhamento diário efetuado através do relatório de controle de liquidez.

O plano de contingência do Banco pode ser acionado após análise de diversos fatores que em conjunto podem requerer medida preventiva e/ou corretiva tais como:

- liquidez imediata abaixo da liquidez mínima;
- estágio de liquidez global alterado pela Matriz;
- custo de captação elevado substancialmente;
- alteração de classificação de risco *rating*;



- distúrbio no mercado local ou global;
- dificuldade de captação;
- projeção de baixa liquidez no futuro.

#### 4.3.2 Fluxos de caixa para instrumentos financeiros

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa de acordo com ativos e passivos financeiros, descritos pelo prazo de vencimento contratual remanescente à data do balanço patrimonial. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados, cujo risco de liquidez é administrado com base nas entradas de caixa não descontadas esperadas. Nos casos em que a contraparte de um passivo tem o direito de requerer o pagamento imediatamente, os saldos se apresentam com vencimento em “Até três meses”.

	<b>31 de dezembro de 2013</b>					
	<b>Até três meses</b>	<b>Três meses - um ano</b>	<b>Um - três anos</b>	<b>Três - cinco anos</b>	<b>Mais de cinco anos</b>	<b>Total</b>
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado	-	-	50.351	-	-	50.351
Ativos financeiros disponíveis para venda	299.803	622.817	218.216	-	-	1.140.836
Instrumentos financeiros derivativos	669	3.022	49	7.470	1.749	12.959
Aplicações em operações compromissadas	2.392.936	-	-	-	-	2.392.936
Aplicações em depósitos interfinanceiros	52.798	2.966	-	-	-	55.764
Aplicações em moedas estrangeiras	63.493	-	-	-	-	63.493
Operações de crédito	423.402	841.862	51.587	27.673	2.064	1.346.588
<b>Total de ativo (vencimentos contratuais)</b>	<b>3.233.101</b>	<b>1.470.667</b>	<b>320.203</b>	<b>35.143</b>	<b>3.813</b>	<b>5.062.927</b>
Depósitos à vista	149.849	-	-	-	-	149.849
Depósitos a prazo	626.337	452.947	858.537	152.295	-	2.090.116
Captações no mercado aberto	148.565	-	-	-	-	148.565
Obrigações por empréstimos e repasses	187.638	1.076.654	151.934	87.720	2.039	1.505.985
Instrumentos financeiros derivativos	9.293	71.624	102.720	84.954	-	268.591
<b>Total de passivo (vencimentos contratuais)</b>	<b>1.121.682</b>	<b>1.601.225</b>	<b>1.113.191</b>	<b>324.969</b>	<b>2.039</b>	<b>4.163.106</b>



**Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A**  
 Demonstrações Financeiras de  
 31 de dezembro de 2013 e 2012

	<b>31 de dezembro de 2012</b>					
	<b>Até três meses</b>	<b>Três meses um ano</b>	<b>Um - três anos</b>	<b>Três - cinco anos</b>	<b>Mais de cinco anos</b>	<b>Total</b>
Títulos e valores mobiliários a valor justo	-	93.269	-	-	-	93.269
Instrumentos financeiros derivativos	2.715	1.325	13.677	371	7.069	25.157
Ativos financeiros disponíveis para venda	218.848	148.399	507.478	-	-	874.725
Aplicações em operações compromissadas	1.844.609	-	-	-	-	1.844.609
Aplicações em depósitos interfinanceiros	15.964	523	3.749	-	-	20.236
Aplicações em moedas estrangeiras	39.712	-	-	-	-	39.712
Operações de crédito	284.356	337.733	322.724	73	-	944.886
<b>Total de ativo (vencimentos contratuais)</b>	<b>2.406.204</b>	<b>581.249</b>	<b>847.628</b>	<b>444</b>	<b>7.069</b>	<b>3.842.594</b>
Depósitos à vista	150.122	-	-	-	-	150.122
Depósitos a prazo	378.491	550.797	303.985	67.040	-	1.300.313
Captações no mercado aberto	227.081	-	-	-	-	227.081
Obrigações por empréstimos e repasses	123.031	264.755	692.258	52.325	-	1.132.369
Instrumentos financeiros derivativos	2.744	184	31.980	25.334	-	60.242
<b>Total de passivo (vencimentos contratuais)</b>	<b>881.469</b>	<b>815.736</b>	<b>1.028.223</b>	<b>144.699</b>	<b>-</b>	<b>2.870.127</b>
	<b>1º de janeiro de 2012</b>					
	<b>Até três meses</b>	<b>Três meses um ano</b>	<b>Um - três anos</b>	<b>Três - cinco anos</b>	<b>Mais de cinco anos</b>	<b>Total</b>
Instrumentos financeiros derivativos	292	722	-	3.232	-	4.246
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	220.452	-	-	-	220.452
Aplicações em operações compromissadas	1.469.660	-	-	-	-	1.469.660
Aplicações em depósitos interfinanceiros	40.370	53.200	1.307	-	-	94.877
Aplicações em moedas estrangeiras	17.726	-	-	-	-	17.726
Operações de crédito	329.973	533.046	177.020	-	-	1.040.039
<b>Total de ativo (vencimentos contratuais)</b>	<b>1.858.021</b>	<b>807.420</b>	<b>178.327</b>	<b>3.232</b>	<b>-</b>	<b>2.847.000</b>
Depósitos à vista	42.037	-	-	-	-	42.037
Depósitos a prazo	77.529	149.994	429.547	-	-	657.070
Captações no mercado aberto	60.404	-	-	-	-	60.404
Obrigações por empréstimos e repasses	523.277	466.704	172.904	-	-	1.162.885
Instrumentos financeiros derivativos	629	1.931	10.060	-	-	12.620
<b>Total de passivo (vencimentos contratuais)</b>	<b>703.876</b>	<b>618.629</b>	<b>612.511</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.935.016</b>

Os ativos disponíveis para cumprir todas as obrigações e cobrir os compromissos em aberto incluem caixa, títulos e valores mobiliários; empréstimos e adiantamentos. A administração também poderia cobrir saídas de caixa inesperadas vendendo títulos e valores mobiliários e acessando fontes de recursos adicionais, tais como mercados lastreados em ativos.



#### 4.3.3 *Apresentação dos saldos de ativos e passivos circulantes e não circulantes*

A tabela a seguir apresenta o montante esperado a ser recuperado ou liquidado em até doze meses ou mais do que doze meses, para cada ativo e passivo do balanço patrimonial:

Ativo	31 dez 2013	Circulante	Não Circulante	31 dez 2012	Circulante	Não Circulante	1º jan 2012	Circulante	Não Circulante
Caixa e reserva em Banco Central	73.834	73.834	-	54.147	54.147	-	10.253	10.253	-
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado	63.310	54.028	9.282	118.426	97.309	21.117	4.246	1.015	3.231
Títulos e valores mobiliários	50.351	50.351	-	93.269	93.269	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	12.959	3.677	9.282	25.157	4.040	21.117	4.246	1.015	3.231
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.140.836	922.621	218.215	874.725	460.517	414.208	220.452	220.452	-
Títulos e valores mobiliários	1.140.836	922.621	218.215	874.725	460.517	414.208	220.452	220.452	-
Empréstimos e recebíveis	3.804.898	3.727.306	77.592	2.807.783	2.496.581	311.202	2.608.077	2.438.969	169.108
Aplicações em operações compromissadas	2.390.142	2.390.142	-	1.843.027	1.843.027	-	1.528.287	1.528.287	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	55.469	55.469	-	19.717	16.371	3.346	92.742	91.622	1.120
Aplicações em moedas estrangeiras	62.978	62.978	-	39.575	39.575	-	17.734	17.734	-
Operações de crédito	1.301.690	1.224.098	77.592	909.730	601.874	307.856	971.975	803.896	168.079
Provisão para redução ao valor recuperável	(5.381)	(5.381)	-	(4.266)	(4.266)	-	(2.661)	(2.570)	(91)
Ativo imobilizado	31.356	-	31.356	23.288	-	23.288	6.287	-	6.287
Ativos intangíveis	23.802	-	23.802	17.015	-	17.015	17.810	-	17.810
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	-	3.903	-	3.903	892	-	892
Outros ativos	178.719	51.502	127.217	143.208	16.130	127.078	179.920	52.521	127.399
<b>Total do Ativo</b>	<b>5.316.755</b>	<b>4.829.291</b>	<b>487.464</b>	<b>4.042.495</b>	<b>3.124.684</b>	<b>917.811</b>	<b>3.047.937</b>	<b>2.723.210</b>	<b>324.727</b>



**Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A**  
**Demonstrações Financeiras de**  
**31 de dezembro de 2013 e 2012**

<b>Passivo</b>	<b>31 dez 2013</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>	<b>31 dez 2012</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>	<b>1º jan 2012</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>
Passivos financeiros ao valor justo através do resultado	1.022.796	717.546	305.250	515.863	2.928	512.935	12.620	2.560	10.060
Instrumentos financeiros derivativos	268.591	80.918	187.673	60.242	2.928	57.314	12.620	2.560	10.060
Obrigações por empréstimos no exterior	754.205	636.628	117.577	455.621	-	455.621	-	-	-
Passivos financeiros ao custo amortizado	2.932.063	2.811.699	120.364	2.252.360	1.951.373	300.987	1.837.351	1.669.092	168.259
Depósitos de clientes	2.039.647	2.039.647	-	1.356.282	1.356.282	-	623.255	623.255	-
Depósitos de instituições financeiras	57	57	-	35	35	-	96	96	-
Captações no mercado aberto	148.510	148.510	-	227.018	227.018	-	60.388	60.388	-
Obrigações por empréstimos e repasses	743.849	623.485	120.364	669.025	368.038	300.987	1.153.612	985.353	168.259
Provisão para passivos contingentes e fiscais	73.104	-	73.104	57.663	-	57.663	50.625	-	50.625
Tributos a recolher	32.622	-	32.622	31.597	-	31.597	26.132	-	26.132
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.108	-	7.108	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	101.884	101.352	532	83.264	82.944	320	43.985	43.739	246
<b>Total do passivo</b>	<b>4.169.577</b>	<b>3.630.597</b>	<b>538.980</b>	<b>2.940.747</b>	<b>2.037.245</b>	<b>903.502</b>	<b>1.970.713</b>	<b>1.715.391</b>	<b>255.322</b>



#### **4.4 Risco operacional**

O Banco define risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O gerenciamento de risco operacional é efetuado por um departamento independente da área de negócios - departamento Risk Management - Grupo Operational Risk Control. Para obter eficiência na gestão de risco operacional, o Banco vem aprimorando suas ferramentas de identificação e avaliação de riscos e se empenhando na implantação de controles que estão efetivamente contribuindo para uma melhor gestão do risco operacional.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional conta com a participação diretiva do Banco através do Comitê de Gerenciamento de Risco Operacional e com os gerentes dos departamentos, em todos os níveis da organização que são os principais responsáveis por identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos, de forma a incorporar o conceito de gerenciamento de risco operacional no dia a dia dos negócios. Essa estrutura é apoiada por um sistema informatizado onde são contemplados os riscos inerentes aos processos.

Algumas atividades relacionadas à gestão de riscos operacionais são desempenhadas por outros departamentos, tais como: Riscos Legais; Gerenciamento de Contratos de Terceiros; Conformidade às Normas e Regulamentos; Combate à Lavagem de Dinheiro; Práticas Inadequadas a Clientes, Produtos e Serviços e Ativos Tangíveis.

No que se refere à mensuração quantitativa do risco operacional, o Banco vem identificando os eventos de perdas relativos aos riscos, padronizando as informações e formando uma base de dados de perdas operacionais, conforme determinação do acionista controlador (Matriz), os quais também estão em consonância com as necessidades da regulamentação local. Estes eventos de perdas são avaliados individualmente a cada ocorrência e estabelecidos planos de ação, como medidas preventivas para mitigar os riscos operacionais apresentados.

#### **4.5 Gestão de capital**

A adequação do capital e o uso de capital regulatório são monitorados pelo Banco através de técnicas baseadas em orientações estabelecidas pelo Comitê da Basiléia, na forma implementada pelo Banco Central, para fins de supervisão. As informações exigidas são mensalmente submetidas ao órgão competente.

O capital regulatório do Banco está dividido em dois níveis:

- Patrimônio de referência nível 1: capital social, ações em tesouraria, lucros acumulados e reservas criadas por apropriação de lucros acumulados. O valor contábil do ajuste ao valor de mercado dos ativos financeiros disponíveis para venda é reclassificado para o nível II e parte dos ativos imobilizado e intangível é deduzida do Nível 1.
- Patrimônio de referência nível 2: ajuste ao valor de mercado dos ativos financeiros disponíveis para venda.

Os ativos ponderados pelo risco são determinados de acordo com a natureza de cada ativos e sua contrapartida, além de refletir uma estimativa de riscos de crédito, mercado e outros riscos associados.



**Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A**  
**Demonstrações Financeiras de**  
**31 de dezembro de 2013 e 2012**

O Risco Operacional foi calculado pelo método da Abordagem de Indicador Básico, cuja referência de exposição ao risco operacional corresponde a 15% para cada período anual, à soma dos valores semestrais das receitas de intermediação financeira e das receitas com prestação de serviços, deduzidas as despesas de intermediação financeira.

O quadro abaixo demonstra a apuração do Patrimônio de Referência Exigido:

	<b>31 de dezembro de 2013(*)</b>	<b>31 de dezembro de 2012</b>	<b>1º de janeiro de 2012</b>
Capital de nível 1			
Capital social	853.071	853.071	853.071
Ações em tesouraria	(3.907)	(3.906)	(3.771)
Reservas de capital	5.103	5.103	5.103
Reservas de lucro	285.280	242.720	215.235
Ativo imobilizado		(108)	(154)
Ativo intangível		(78)	(284)
Crédito Tributário	(63)	-	-
<b>Total de capital qualificado para nível 1</b>	<b><u>1.139.484</u></b>	<b><u>1.096.802</u></b>	<b><u>1.069.200</u></b>
Capital de nível 2			
Ajustes de avaliação patrimonial - ativos financeiros disponíveis para venda	(124)	256	360
<b>Total de capital qualificado para nível 2</b>	<b><u>(124)</u></b>	<b><u>256</u></b>	<b><u>360</u></b>
<b>Patrimônio de referência</b>	<b><u>1.139.360</u></b>	<b><u>1.097.058</u></b>	<b><u>1.069.560</u></b>
Risco de crédito	1.700.433	1.332.473	1.335.840
Taxa de juros	545.038	319.582	49.981
Risco operacional	201.520	143.309	96.549
<b>Ativos ponderados pelo Risco (RWA)</b>	<b><u>2.446.991</u></b>	<b><u>1.795.364</u></b>	<b><u>1.482.369</u></b>
<b>Patrimônio de referência exigido (11%)</b>	<b><u>269.169</u></b>	<b><u>197.491</u></b>	<b><u>163.060</u></b>
<b>Índice de Basileia</b>	<b><u>46,56%</u></b>	<b><u>61,10%</u></b>	<b><u>72,15%</u></b>

(\*) Em 31 de dezembro de 2013, o critério de apuração do Patrimônio de Referência Exigido está de acordo com a Resolução 4.192 do CMN que passou a vigorar a partir de 1º outubro de 2013.



## 5 Caixa, equivalentes de caixa e reserva em Banco Central

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	1º de janeiro de 2012
Caixa	7.790	5.262	5.016
Caixa em moeda nacional	115	97	125
Caixa em moeda estrangeira	7.675	5.165	4.891
Equivalentes de caixa	2.453.120	1.882.603	1.586.152
Operações compromissadas	2.390.142	1.843.027	1.528.287
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	40.131
Aplicações em moedas estrangeiras	62.978	39.575	17.734
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>2.460.910</u>	<u>1.887.864</u>	<u>1.591.168</u>
Reserva em Banco Central	66.044	48.885	5.237

## 6 Ativos financeiros ao valor justo através do resultado

### Títulos e valores mobiliários

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	1º de janeiro de 2012
Títulos públicos federais			
Letras do Tesouro Nacional	50.351	93.269	-
	<u>50.351</u>	<u>93.269</u>	<u>-</u>

## 7 Instrumentos financeiros derivativos

O Banco possui como política a minimização de riscos de mercado resultantes de suas operações através da utilização de instrumentos derivativos. A administração dos riscos de mercado é efetuada por área independente, que se utiliza de práticas que incluem a medição, e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos *gaps* de liquidez, dentre outras práticas que permitem o acompanhamento dos riscos de oscilações nos preços de ativos, nas taxas de juros e outros fatores que podem afetar as posições das carteiras da Instituição nos diversos mercados onde atua.

O valor de mercado dos *swaps* é apurado considerando o fluxo de caixa estimado de cada uma de suas pontas, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço.

As operações a termo são registradas pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão de fluência dos prazos dos contratos, até a data do balanço.



Operações de futuros - os ajustes diários são contabilizados em conta de ativo e passivo e apropriados diariamente como receitas e despesas.

As principais curvas de taxas de juros são extraídas dos futuros e *swaps* negociados e custodiados na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA), sendo que ajustes a tais curvas são efetuados sempre que determinados pontos são considerados ilíquidos ou que, por motivos atípicos, não representem fielmente as condições de mercado.

As posições ativas e passivas em instrumentos financeiros derivativos eram representadas como segue:

a)	Valor referencial			Valor justo		
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	1º de janeiro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	1º de janeiro de 2012
Contratos de futuros						
Instrumento de <i>hedge</i>	1.313.325	819.842	-	-	-	-
Não instrumento de <i>hedge</i>	4.636.657	2.781.807	1.132.094	-	-	-
Contratos de swap						
Instrumento de <i>hedge</i>	669.143	465.622	-	(1.036)	(568)	-
Não instrumento de <i>hedge</i>	3.120.336	1.463.137	557.767	(239.153)	(36.367)	(8.530)
Operações a termo	367.277	239.631	32.748	(15.443)	1.850	156
Total de ativos financeiros	10.106.738	5.770.039	1.722.609	(255.632)	(35.085)	(8.374)

A tabela abaixo demonstra o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, registrados como ativos e passivos:

b)	31 de dezembro de 2013		31 de dezembro de 2012		1º de janeiro de 2012	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Contratos de Swap	9.942	(250.130)	20.379	(57.314)	3.314	(11.844)
Operações a Termo	3.017	(18.461)	4.778	(2.928)	932	(776)
	12.959	(268.591)	25.157	(60.242)	4.246	(12.620)

## 8 Hedge accounting

O Banco possui contratos derivativos negociados em bolsa utilizados como instrumentos de *hedge*, em estratégia de *hedge* de valor justo.

Os objetos de *hedge* são títulos e valores mobiliários inicialmente designados como disponíveis para venda, e obrigações por empréstimos no exterior.

Nossas estratégias de *hedge* visam proteger o Banco contra (i) risco de variação cambial e risco de variação na taxa de juros para pagamentos de principal e juros, referente às captações de recursos contraídas no exterior indexados pela moeda norte americana e (ii) risco de variação na taxa de juros pela compra de títulos públicos federais a taxa de juros pré-fixada.



Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessa estratégia, o Banco mensura a efetividade das estratégias de hedge prospectivamente (efetividade esperada), e retrospectivamente (efetividade observada desde o início da operação).

Teste prospectivo: Critical Terms (termos críticos) ou Regressão Linear

- Termos críticos: avaliação qualitativa utilizada se os termos do instrumento de hedge e do objeto de hedge coincidirem exatamente. Se os valores nocionais, termos, datas, moedas do “Valor Justo” coincidirem, então a estratégia de hedge será perfeitamente efetiva;
- Regressão linear: técnica estatística que utiliza informações históricas para prever o valor de uma variável (objeto de hedge) e o impacto na outra variável (instrumento de hedge). Se a relação for alta e negativamente correlacionada, a estratégia de hedge pode ser considerada altamente efetiva.

#### **Teste retrospectivo: Dollar Offset (análise de rateio)**

O teste retrospectivo é realizado a cada data de fechamento contábil. Para não haver a descaracterização do hedge, as variações no valor justo do instrumento de hedge comparadas às variações no valor justo do objeto de hedge devem resultar em uma proporção entre 80% e 125%, acumulada desde o início do hedge.

Nenhum relacionamento de *hedge* foi descontinuado durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

### ***Hedge de valor justo***

Instrumento/operação	2013		2012	
	Estratégia 1	Estratégia 2	Estratégia 1	Estratégia 2
Instrumento de <i>hedge</i> de valor justo	Operações de swap contratadas fora do Brasil e futuros contratadas na BM&FBOVESPA	Operações de futuros contratadas na BM&FBOVESPA	Operações de swap contratadas fora do Brasil e futuros contratadas na BM&FBOVESPA	Operações de futuros contratadas na BM&FBOVESPA
Objeto de <i>hedge</i> de valor justo	Captações em moeda norte americana	Letras do Tesouro Nacional (títulos públicos)	Captações em moeda norte americana	Letras do Tesouro Nacional (títulos públicos)
Valor justo do instrumento de <i>hedge</i>	700.897	(611.877)	405.636	(413.865)
Valor justo do objeto de <i>hedge</i>	(700.430)	611.450	(404.214)	413.708
Valor MtM 1º dia diferido	(6.747)	-	(10.308)	-
Ganho (perda) referente ao instrumento de <i>hedge</i>	85.903	(24.678)	9.725	(14.939)
Ganho (perda) referente ao objeto de <i>hedge</i>	(85.910)	25.260	(9.642)	15.124

As estratégias de hedge apresentaram a taxa de efetividade entre 97,57 e 99,99 em 31/Dez/2013 ( 99,32 e 99,99 em 31/Dez/2012).



## 9 Ativos financeiros disponíveis para venda

	31 de dezembro de 2013			31 de dezembro de 2012			1º de janeiro de 2012		
	Custo	Valor justo	Ajuste a valor justo	Custo	Valor justo	Ajuste a valor justo	Custo	Valor justo	Ajuste a valor justo
Títulos públicos federais									
Letras Financeiras do Tesouro	136.695	136.696	1	1.351	1.346	(5)	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional									
Objeto de hedge (*)	615.413	611.450	(3.963)	408.794	413.708	4.914	-	-	-
Não objeto de hedge	392.897	392.690	(207)	459.239	459.671	432	219.852	220.452	600
	<u>1.145.005</u>	<u>1.140.836</u>	<u>(4.169)</u>	<u>869.384</u>	<u>874.725</u>	<u>5.341</u>	<u>219.852</u>	<u>220.452</u>	<u>600</u>

O ajuste a valor justo de títulos disponíveis para a venda é contabilizado em “Ajustes de avaliação patrimonial” líquidos de efeito fiscal (40%). O ajuste foi de R\$ (380) em 31 de dezembro de 2013 (R\$ (104) em 31 de dezembro de 2012).

(\*) O ajuste a valor justo das Letras do Tesouro Nacional que são objeto de hedge está contabilizado em “Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros” no resultado do exercício. Vide Nota 25 (b).

Títulos e valores mobiliários dados em garantia de operações com compromisso de recompra acordadas com outros bancos são títulos de dívida pública (vide Nota 12).

## 10 Operações de crédito

(i) Apresentamos a seguir a composição da carteira de Operações de crédito, por tipo e vencimento:

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	1º de janeiro de 2012
Capital de giro	447.740	182.758	153.580
Adiantamento a depositante	237	-	-
Conta garantida	78.612	37.829	18.217
Repasses de captação externa	210.524	173.900	158.692
Financiamentos BNDES/FINAME	63.178	44.568	-
Financiamento à importação	18.756	31.473	31.502
Financiamento rural e agroindustriais	6.001	10.131	-
Financiamento à exportação	128.204	102.921	-
Adiantamentos sobre contratos de câmbio e rendas a receber	348.438	326.150	609.984
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto de provisão para perdas por redução ao valor recuperável	<u>1.301.690</u>	<u>909.730</u>	<u>971.975</u>
Por vencimento			
Vencidas até 66 dias	1	1.861	2
A vencer 1 a 90 dias	448.243	296.155	328.475
A vencer 91 a 180 dias	178.221	129.459	162.139
A vencer 181 a 365 dias	597.633	174.399	313.280
A vencer acima de 365 dias	77.592	307.856	168.079
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto de provisão para perdas por redução ao valor recuperável	<u>1.301.690</u>	<u>909.730</u>	<u>971.975</u>
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável	<u>(5.381)</u>	<u>(4.266)</u>	<u>(2.661)</u>
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido de provisão para perdas por redução ao valor recuperável	<u>1.296.309</u>	<u>905.464</u>	<u>969.314</u>



- (ii) Apresentamos a seguir a composição da carteira de Operações de crédito, por setor de atividade econômica dos tomadores de crédito:

<b>Setor de atividade</b>	<b>31 de dezembro de 2013</b>	<b>31 de dezembro de 2012</b>	<b>1º de janeiro de 2012</b>
Financeiro	193.455	168.404	153.103
Comércio	324.153	168.017	67.911
Siderurgia e metalurgia	150.046	141.340	301.705
Automotivo	150.819	103.097	46.280
Químico e petroquímico	139.442	69.325	154.787
Serviços privados	3.454	62.768	29.335
Eletroeletrônicos	106.150	60.743	18.742
Alimentos e bebidas	47.659	38.158	132.953
Petróleo e gás natural	31.271	31.028	31.503
Máquinas e equipamentos	103.959	21.094	16.376
Papel e celulose	-	20.547	-
Transportes	25.495	12.218	13.955
Agropecuário	12.103	7.559	3.698
Têxtil e confecções	10.157	5.361	1.558
Pessoa física	12	71	69
Outros	3.515	-	-
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto de provisão de perdas por redução ao valor recuperável	<u>1.301.690</u>	<u>909.730</u>	<u>971.975</u>

## 11 Provisão para redução ao valor recuperável sobre Operações de Crédito

O Banco avalia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável em empréstimos e recebíveis de forma individual para os ativos financeiros que sejam individualmente significativos, e individualmente ou coletivamente para ativos financeiros que não sejam significativos (conforme descrito na Nota 2.8).

O Banco não possui evidências de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros individualmente significativos em 31 de dezembro 2012 e 31 de dezembro 2013.

Com relação aos clientes não individualmente significativos, o saldo da provisão é de R\$ 5,4 milhões em 31 de dezembro 2013 (R\$ 4,3 milhões em 31 de dezembro 2012).

As variações na provisão para redução ao valor recuperável nos saldos da rubrica "Operações de crédito" são as seguintes:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Provisão para redução ao valor recuperável		
Saldo inicial em 1º de janeiro	(4.266)	(2.661)
Constituição	(5.381)	(4.175)
Baixa contra o resultado do exercício	-	-
Recuperações de créditos baixados para prejuízo	-	-
Reversão	4.266	2.570
Saldo final em 31 de dezembro	<u>(5.381)</u>	<u>(4.266)</u>



## 12 Ativos dados em garantia

Os montantes de ativos financeiros dados em garantia de operações com compromisso de recompra acordados com outros bancos ou clientes ("Aplicações em operações compromissadas") e para os depósitos de margem de garantia das operações do Banco na BM&FBOVESPA correspondem a:

	<u>31 de dezembro de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u>	<u>1º de janeiro de 2012</u>
Aplicações em operações compromissadas	148.505	191.005	60.389
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	36.293	-
	<u>148.505</u>	<u>227.298</u>	<u>60.389</u>

## 13 Outros ativos

	<u>31 de dezembro de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u>	<u>1º de janeiro de 2012</u>
Depósitos judiciais	108.200	100.633	93.759
Carteira de câmbio	18.358	10.762	49.530
Negociação e intermediação de valores	26.256	1.534	1.116
Despesas antecipadas	1.362	1.152	1.167
Rendas a receber	4.516	1.063	334
Relações interfinanceiras	836	1.019	-
Outros ativos	276	481	290
Impostos e contribuições a compensar	18.915	26.378	33.622
Outros valores e bens	-	186	102
	<u>178.719</u>	<u>143.208</u>	<u>179.920</u>



**Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A**  
**Demonstrações Financeiras de**  
**31 de dezembro de 2013 e 2012**

**14 Ativo imobilizado**

	<u>Edificações</u>	<u>Terrenos</u>	<u>Máquinas e equipamentos de uso</u>	<u>Sistema de processamento de dados</u>	<u>Sistema de transporte</u>	<u>Sistema de segurança</u>	<u>Sistema de comunicação</u>	<u>Total</u>
Em 1ª de janeiro de 2012								
Custo de aquisição	8.184	1.416	1.668	5.507	1.058	416	620	18.869
Depreciação acumulada	(7.942)		(1.275)	(2.578)	(338)	(220)	(229)	(12.582)
Valor contábil líquido	<u>242</u>	<u>1.416</u>	<u>393</u>	<u>2.929</u>	<u>720</u>	<u>196</u>	<u>391</u>	<u>6.287</u>
Adições	12.731		3.346	1.097	181	608	734	18.697
Baixas			(277)	(30)	(164)		(28)	(499)
Depreciação no exercício	(471)		(119)	(666)	(200)	(48)	(189)	(1.693)
Baixa de depreciação			276	28	164		28	496
Em 31 de dezembro de 2012	<u>12.502</u>	<u>1.416</u>	<u>3.619</u>	<u>3.358</u>	<u>701</u>	<u>756</u>	<u>936</u>	<u>23.288</u>
Em 31 de dezembro de 2012								
Custo de aquisição	20.915	1.416	4.737	6.574	1.075	1.024	1.326	37.067
Depreciação acumulada	(8.413)		(1.118)	(3.216)	(374)	(268)	(390)	(13.779)
Valor contábil líquido	<u>12.502</u>	<u>1.416</u>	<u>3.619</u>	<u>3.358</u>	<u>701</u>	<u>756</u>	<u>936</u>	<u>23.288</u>
Adições	7.350		2.565	251		1.926	11	12.103
Baixas			(361)	(131)		(12)	(40)	(544)
Depreciação no exercício	(2.105)		(487)	(723)	(214)	(148)	(245)	(3.922)
Baixa da depreciação			260	122		10	39	431
Em 31 de dezembro de 2013	<u>17.747</u>	<u>1.416</u>	<u>5.596</u>	<u>2.877</u>	<u>487</u>	<u>2.532</u>	<u>701</u>	<u>31.356</u>
Em 31 de dezembro de 2013								
Custo de aquisição	28.265	1.416	6.941	6.694	1.075	2.938	1.297	48.626
Depreciação acumulada	(10.518)		(1.345)	(3.817)	(588)	(406)	(596)	(17.270)
Valor contábil líquido	<u>17.747</u>	<u>1.416</u>	<u>5.596</u>	<u>2.877</u>	<u>487</u>	<u>2.532</u>	<u>701</u>	<u>31.356</u>

Não houve perda por redução ao valor recuperável para itens do ativo imobilizado em nenhum dos exercícios apresentados.



As despesas de depreciação foram contabilizadas na conta "Depreciação e amortização" na demonstração do resultado.

O Banco não registrou perdas por redução ao valor recuperável de seus ativos imobilizados.

## 15 Ativos intangíveis

	<b>Gastos com aquisições e desenvolvimento de sistemas</b>	<b>Ativos intangíveis em desenvolvimento</b>	<b>Direitos de uso</b>	<b>Total</b>
Em 1º de janeiro de 2012				
Custo de aquisição	18.717	7.320	18	26.055
Amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável	(8.227)	-	(18)	(8.245)
Valor contábil líquido em 1º de janeiro de 2012	<u>10.490</u>	<u>7.320</u>	<u>-</u>	<u>17.810</u>
Adições	4.413	19.619	-	24.032
Baixas	(13)	(21.421)	-	(21.434)
Amortização no exercício	(3.405)	-	-	(3.405)
Baixa de amortização	12	-	-	12
Em 31 de dezembro de 2012	<u>11.497</u>	<u>5.518</u>	<u>-</u>	<u>17.015</u>
Em 31 de dezembro de 2012				
Custo de aquisição	23.117	5.518	18	28.653
Amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável	(11.620)	-	(18)	(11.638)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2012	<u>11.497</u>	<u>5.518</u>	<u>-</u>	<u>17.015</u>
Adições	1.524	20.584	-	22.108
Baixas	-	(11.430)	-	(11.430)
Amortização no exercício	(3.891)	-	-	(3.891)
Em 31 de dezembro de 2013	<u>9.130</u>	<u>14.672</u>	<u>-</u>	<u>23.802</u>
Em 31 de dezembro de 2013				
Custo de aquisição	24.641	14.672	18	39.331
Amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável	(15.511)	-	(18)	(15.529)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2013	<u>9.130</u>	<u>14.672</u>	<u>-</u>	<u>23.802</u>

Não houve perda por redução ao valor recuperável para itens do ativo intangível em nenhum dos exercícios apresentados.



## 16 Passivos financeiros ao valor justo através do resultado

Estão classificados nesta categoria Instrumentos financeiros derivativos (vide Nota 7) e Obrigações por empréstimos que o Banco designou como objetos de hedge (vide Nota 8).

## 17 Passivos financeiros ao custo amortizado

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	1º de janeiro de 2012
Depósitos de clientes			
Depósitos à vista	149.793	150.087	41.941
Depósitos a prazo	1.889.854	1.206.195	581.314
Depósitos de instituições financeiras			
Depósitos à vista	57	35	96
Captações no mercado aberto	148.510	227.018	60.388
Empréstimos no exterior	337.912	338.721	994.532
Repasses no País	68.993	54.538	
Repasses no exterior	336.944	275.766	159.080
	<u>2.932.063</u>	<u>2.252.360</u>	<u>1.837.351</u>

Os depósitos a prazo referem-se a cédulas de depósito bancário com vencimento até outubro de 2018.

As obrigações por empréstimo e repasses referem-se a captações em moeda estrangeira com a Matriz para financiamento de operações de comércio exterior, com vencimento até janeiro de 2015, e para repasses a clientes locais na forma da Resolução nº 3.844, com vencimentos até junho de 2018 e são atualizadas pela variação cambial acrescidas de *spread*.

## 18 Valor justo de ativos e passivos financeiros

### a. Instrumentos financeiros ao valor justo

Ao determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros o Banco utiliza a hierarquia a seguir:

Nível 1: preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento sem modificação.

Nível 2: preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes ou técnicas de avaliação, para as quais, todos os inputs significativos são baseados em dados de mercado observáveis, baseando-se principalmente em dados divulgados pela Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&FBOVESPA e ANBIMA.

Nível 3: técnicas de avaliação, para as quais, são utilizados inputs significativos que não se baseiam em dados de mercado observáveis.

A tabela a seguir apresenta a composição dos ativos e passivos financeiros mensurados valor justo através do resultado classificados pelos níveis hierárquicos:



**Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A**  
 Demonstrações Financeiras de  
 31 de dezembro de 2013 e 2012

Todos os ativos e passivos financeiros foram mensurados através do Nível 2.

	Nível 2		
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2012	1º de janeiro de 2012
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado			
Títulos e valores mobiliários	50.351	93.269	-
Instrumentos financeiros derivativos	12.959	25.157	4.246
Ativos financeiros disponíveis para venda			
Títulos e valores mobiliários	1.140.835	874.725	220.452
<b>Total</b>	<b>1.204.146</b>	<b>993.151</b>	<b>224.699</b>
Passivos financeiros ao valor justo através do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos	268.591	60.242	-
Obrigações por empréstimos no exterior	754.205	455.621	12.620
<b>Total</b>	<b>1.022.796</b>	<b>515.863</b>	<b>12.620</b>

Durante os períodos apresentados não houve transferências entre Nível 1 e Nível 2 da hierarquia do valor justo.

**b. Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo**

A tabela abaixo resume os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que não são reconhecidos no balanço patrimonial ao seu valor justo.

	Valor contábil			Valor justo		
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	1º de janeiro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	1º de janeiro de 2012
Empréstimos e recebíveis						
Aplicações em operações compromissadas	2.390.142	1.843.027	1.528.287	2.390.142	1.843.027	1.528.287
Aplicações em depósitos interfinanceiros	55.469	19.717	92.742	55.454	19.803	93.313
Aplicações em moedas estrangeiras	62.978	39.575	17.734	63.492	39.712	17.726
Operações de crédito	1.301.690	909.730	971.975	1.316.249	924.927	1.016.727
<b>Total de ativos financeiros</b>	<b>3.810.279</b>	<b>2.812.049</b>	<b>2.610.738</b>	<b>3.825.337</b>	<b>2.827.469</b>	<b>2.595.497</b>
Passivos financeiros ao custo amortizado						
Depósitos à vista	149.849	150.122	42.037	149.849	150.122	42.037
Depósitos a prazo	1.889.855	1.206.195	581.314	1.887.794	1.205.245	578.706
Captações no mercado aberto	148.510	227.018	60.388	148.510	227.018	60.388
Obrigações por empréstimos e repasses	743.849	669.025	1.153.612	783.604	701.158	1.155.950
<b>Total de passivos financeiros</b>	<b>2.932.063</b>	<b>2.252.360</b>	<b>1.837.351</b>	<b>2.969.757</b>	<b>2.283.543</b>	<b>1.837.081</b>



O valor justo dos ativos e passivos financeiros são calculados mediante o desconto dos fluxos de caixa nas condições contratuais pelas taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares.

## 19 Provisão para passivos contingentes e fiscais

As provisões para passivos contingentes (trabalhistas e cíveis) e riscos fiscais são reconhecidas nas demonstrações financeiras na rubrica "Provisão para passivos contingentes e fiscais", quando, baseado na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, independentemente de existirem depósitos judiciais.

Os depósitos judiciais estão registrados em "Outros ativos".

### a. Provisão de Riscos Fiscais

	<u>31 de dezembro de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u>	<u>1º de janeiro de 2012</u>
Provisão para Riscos Fiscais	54.642	47.062	40.333
	<u>54.642</u>	<u>47.062</u>	<u>40.333</u>

### Provisão de Passivos Contingentes

	<u>31 de dezembro de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u>	<u>1º de janeiro de 2012</u>
Contingências trabalhistas	7.088	4.205	4.582
Contingências cíveis	11.374	6.396	5.710
	<u>18.462</u>	<u>10.601</u>	<u>10.292</u>
Total de Provisão de Riscos Fiscais e Passivos Contingentes	<u>73.104</u>	<u>57.663</u>	<u>50.625</u>

### b. Movimentação das provisões

<u>Provisão para Riscos fiscais</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u>	<u>1º de janeiro de 2012</u>
Saldo inicial	47.062	40.333	35.398
Adição	11.235	7.589	6.667
Utilização/Reversão	<u>(3.655)</u>	<u>(860)</u>	<u>(1.732)</u>
Saldo final	<u>54.642</u>	<u>47.062</u>	<u>40.333</u>



Refere-se, principalmente, à (i) obrigação legal relativa à discussão judicial relacionada à cobrança de IRPJ e CSLL, decorrente das rendas a apropriar de operações de crédito em liquidação de exercícios anteriores. (ii) obrigação legal relativa ao tributo de COFINS onde o Banco discute a Lei 9.718/98. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos o risco de perda para tal processo é possível.

	<b>31 de dezembro de 2013</b>	<b>31 de dezembro de 2012</b>	<b>1º de janeiro de 2012</b>
<b>Contingências trabalhistas</b>			
Saldo inicial	4.205	4.582	5.738
Adição	5.521	296	697
Utilização/Reversão	(2.638)	(673)	(1.853)
Saldo final	<u>7.088</u>	<u>4.205</u>	<u>4.582</u>
<b>Contingências cíveis</b>			
Saldo inicial	6.396	5.710	4.519
Adição	4.978	686	1.708
Utilização/Reversão	-	-	(517)
Saldo final	<u>11.374</u>	<u>6.396</u>	<u>5.710</u>

Existem outros processos de natureza cíveis, fiscais e trabalhistas avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 14.423 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 44.913 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 42.377 em 1º de janeiro de 2012) para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que sua contabilização não é requerida.

## 20 Tributos a recolher e outros passivos

### a. Tributos a recolher

	<b>31 de dezembro de 2013</b>	<b>31 de dezembro de 2012</b>	<b>1º de janeiro de 2012</b>
Imposto de renda e contribuição social	29.113	23.997	21.684
Impostos e contribuições sobre salários	315	5.708	3.883
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	2.671	280	156
Outros	523	1.612	409
	<u>32.622</u>	<u>31.597</u>	<u>26.132</u>



**b. Outros passivos**

	<u>31 de dezembro de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u>	<u>1º de janeiro de 2012</u>
Relações interdependências	55.389	25.109	20.973
Despesa de Pessoal	15.416	5.546	5.437
Carteira de câmbio	22.603	19.704	9.293
Negociação e intermediação de valores	3.251	8.314	2.501
Outros	2.464	20.920	3.448
Sociais e estatutárias	1.490	1.772	1.758
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	195	898	329
Relações interfinanceiras	544	681	-
Comissões sobre avais e fianças	532	320	246
	<u>101.884</u>	<u>83.264</u>	<u>43.985</u>

**21 Compromissos de crédito (*off balance*)**

Os valores não reconhecidos (*off balance*) referente a garantias financeiras estão demonstrados abaixo:

	<u>31 de dezembro de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u>	<u>1º de janeiro de 2012</u>
Cartas de crédito	134	4.263	3.986
Avais e fianças	201.477	193.937	193.186
	<u>201.611</u>	<u>198.200</u>	<u>197.172</u>

**22 Patrimônio líquido**

**Movimentação das quantidades de ações**

	<u>Ações ordinárias</u>	<u>Ações em tesouraria</u>	<u>Total</u>
Quantidades em 1º de janeiro de 2012	4.332.596.909	23.637.984	4.356.234.893
Emissão de ações			
Compra de ações em tesouraria	(536.692)	536.692	-
Cancelamento de ações em tesouraria			
Quantidades em 31 de dezembro de 2012	4.332.060.217	24.174.676	4.356.234.893
Emissão de ações			
Compra de ações em tesouraria	(707)	707	-
Cancelamento de ações em tesouraria			
Quantidades em 31 de dezembro de 2013	<u>4.332.059.510</u>	<u>24.175.383</u>	<u>4.356.234.893</u>



**a. Capital social**

O capital social é representado por 4.356.234.893 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo 14.138.560 de ações de acionistas residentes no país, 24.175.383 ações em tesouraria e 4.317.920.657 ações de residentes no exterior.

O estatuto social prevê a distribuição de um dividendo mínimo de 6% do lucro líquido, apurado de acordo com as práticas contábeis do Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. Para este exercício foi destacado o montante de R\$ 2.617 (2012 - R\$ 1.744).

**b. Reservas estatutárias**

**(i) Reserva de capital**

As reservas de capital são compostas pela reserva de ágio por subscrição de ações e a reserva de ágio na alienação de ações em tesouraria, estabelecidas de acordo com a Lei das S.A.

**(ii) Reserva de lucros**

A reserva legal é constituída na forma prevista na legislação societária ( Lei das S.A.), podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

**c. Ajuste de avaliação patrimonial**

Esta rubrica engloba o ajuste a valor justo líquido de impostos dos ativos financeiros disponíveis para venda.

**23 Receitas de juros e similares**

Receitas de juros e similares na demonstração do resultado compõem-se de juros acumulados no exercício sobre todos os ativos financeiros com retorno implícito ou explícito, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo, e das retificações de resultado como consequência da contabilização das operações de *hedge accounting*. Os juros são reconhecidos pelo valor bruto, sem a dedução de impostos retidos na fonte.

A composição dos principais itens que compõe as receitas de juros e similares auferidos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 está demonstrada a seguir:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado	5.659	1.775
Ativos financeiros disponíveis para venda	81.191	46.063
Empréstimos e recebíveis		
Aplicações em operações compromissadas	190.180	119.490
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.774	3.560
Aplicações em moedas estrangeiras	15.648	686
Operações de crédito	74.055	49.013
Outros	<u>302</u>	<u>1.433</u>
	<u>368.809</u>	<u>222.020</u>



## 24 Despesas de juros e similares

Despesas de juros e similares na demonstração do resultado compõem-se de juros acumulados no exercício sobre todos os passivos financeiros com retorno implícito ou explícito, inclusive remuneração em espécie, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo, das retificações de custo, como resultado da contabilização das operações de *hedge accounting*.

A composição dos principais itens que compõe as despesas de juros e similares auferidos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 está demonstrada a seguir:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Passivos financeiros ao custo amortizado		
Depósitos a prazo	131.022	57.834
Captações no mercado aberto	18.267	11.278
Obrigações por empréstimos e repasses	99.323	12.197
Fundo Garantidor de Crédito	<u>2.798</u>	<u>1.373</u>
	<u>251.410</u>	<u>82.682</u>

## 25 Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros

### a. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Ajuste a valor justo		
Instrumentos financeiros derivativos	80.448	28.122
Títulos e valores mobiliários	(347)	382
Obrigações por empréstimos e repasses objetos de <i>hedge</i>	(10.786)	(5.082)
Lucros (prejuízos) na realização de títulos e valores mobiliários	<u>34</u>	<u>53</u>
	<u>69.349</u>	<u>23.475</u>

### b. Ativos financeiros disponíveis para venda

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Ajuste a valor justo dos títulos e valores mobiliários objetos de <i>hedge</i>	1.269	4.914
Lucros (prejuízos) na realização de títulos e valores mobiliários	<u>(8.167)</u>	<u>-</u>
	<u>(6.898)</u>	<u>4.914</u>

## 26 Receita líquida de comissões e prestação de serviços

A rubrica "Receita líquida de comissões e prestação de serviços" é composta pelos valores de todas as tarifas e comissões acumuladas em favor do Banco no exercício, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.



A composição do saldo dessas rubricas está demonstrada a seguir:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Receitas de comissões e prestação de serviços		
Transfer Princing	26.048	2.466
Taxa de administração	1.397	1.674
Rendas de outros serviços	191	1.474
Garantias prestadas	1.746	1.394
Tarifas bancárias	764	561
Cobrança	138	70
Outros	25	80
	<u>30.309</u>	<u>7.719</u>

## 27 Outras receitas (despesas) operacionais

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Recuperação de encargos e despesas	9.034	13.543
Diversos	846	489
Resultado na alienação de valores e bens	(52)	17
Resultado na alienação de investimentos	-	-
Despesas tributárias	(8.172)	(5.960)
Contingências	(20.992)	(7.299)
	<u>(19.336)</u>	<u>790</u>

## 28 Despesas de pessoal

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Salários	51.816	42.786
Encargos sociais	19.424	14.820
Benefícios	7.499	6.735
Honorários	7.048	6.163
Treinamentos	333	259
	<u>86.120</u>	<u>70.763</u>

## 29 Depreciação e amortização

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Depreciação de ativo imobilizado	3.922	1.693
Amortização de ativos intangíveis	3.891	3.405
	<u>7.813</u>	<u>5.098</u>



### 30 Outras despesas administrativas

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Água, energia e gás	437	538
Aluguéis de contratos de arrendamentos operacionais	2.501	2.082
Comunicações	1.448	1.142
Contribuições filantrópicas	223	9
Manutenção e conservação de bens	1.205	1.014
Material	446	205
Processamento de dados	6.886	5.627
Promoções e relações públicas	599	433
Propaganda e publicidade	28	-
Publicações	157	177
Seguros	191	102
Serviços do sistema financeiro	4.584	3.228
Serviços de terceiros	2.277	2.392
Vigilância e segurança	1.614	1.195
Serviços técnicos especializados	13.499	12.120
Transportes	145	115
Viagens	3.261	3.077
Outras despesas administrativas	<u>2.346</u>	<u>1.989</u>
	<u>41.847</u>	<u>35.445</u>

### 31 Imposto de renda e contribuição social

- (a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidente sobre as operações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<b>Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	70.832	66.143
	(28.333)	(26.457)
Encargo (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes)		
<b>(Inclusões) Exclusões Permanentes</b>	(5.141)	(2.116)
Provisão Conting. Fiscais e Cíveis	(5.299)	(3.042)
Provisão para Pagto. Desp. Adm.	266	873
Outras	(8)	54
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social do período</b>	(33.474)	(28.573)
<b>IRPJ e CSLL Correntes do período</b>	(29.585)	(24.140)
<b>Imposto diferido IRPJ e CSLL</b>	(3.889)	(4.433)



(b) Composição do imposto de renda e contribuição a compensar:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
IRPJ	8.311	11.023	10.376
CSLL	4.198	7.864	4.491
Finsocial	-	-	18.456
PIS	6.085	7.171	-
Dividendos	248	248	248
Outros	73	72	51
	<u>18.915</u>	<u>26.378</u>	<u>33.622</u>

(c) Movimentação dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias:

**I - Saldo de Créditos Tributários (ativo)**

	<u>01/01/2012</u>	<u>Realização / Reversão</u>	<u>Constituição</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>Realização / Reversão</u>	<u>Constituição</u>	<u>31/12/2013</u>
<b>Refletido no Resultado</b>							
Créditos de Liquidação Duvidosa	1.064		642	1.706	(1.706)	2.152	2.152
Provisão de bônus	-		-	-	-	3.377	3.377
Pagamentos a Efetuar			7.375	7.375	(7.375)	-	-
<b>Provisões para Passivos Contingentes</b>							
- Riscos Fiscais						1	1
- Ações Trabalhistas	1.833	(151)		1.682	2.208	(1.055)	2.835
- Ações Cíveis						-	-
- Outros	27	-	27	108	(108)	81	81
<b>Total</b>	<u>2.924</u>	<u>(178)</u>	<u>8.017</u>	<u>10.871</u>	<u>(6.981)</u>	<u>4.556</u>	<u>8.446</u>

**II - Saldo de Impostos e Contribuições Diferidos (passivo)**

	<u>01/01/2012</u>	<u>Realização / Reversão</u>	<u>Constituição</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>Realização / Reversão</u>	<u>Constituição</u>	<u>31/12/2013</u>
<b>Refletido no Resultado</b>							
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	(1.792)	5.590	(10.595)	(6.798)	2.520	(11.276)	(15.554)
<b>Refletida no Patrimônio Líquido - Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda</b>	<u>(240)</u>	<u>69</u>	<u>-</u>	<u>(170)</u>	<u>170</u>	<u>-</u>	<u>0</u>
<b>Total</b>	<u>(2.032)</u>	<u>5.659</u>	<u>(10.595)</u>	<u>(6.968)</u>	<u>2.690</u>	<u>(11.276)</u>	<u>(15.554)</u>
<b>Total do Ativo / (Passivo) Diferido</b>	<u>892</u>			<u>3.903</u>			<u>(7.108)</u>

(d) Projeção de realização dos créditos tributários:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sobre os quais são calculados sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização é apresentado a seguir, devidamente fundamentado em estudo técnico, segundo o qual há expectativa de geração de resultados futuros positivos:



**Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A**  
**Demonstrações Financeiras de**  
**31 de dezembro de 2013 e 2012**

Ano	Valor contábil		
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	1º de janeiro de 2012
			<b>Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias</b>
2012	-	-	1.422
2013	-	3.992	402
2014	6.178	1.554	367
2015	567	1.239	367
2016	567	1.233	367
2017	567	1.644	-
2018	567	1.209	-
2019	-	-	-
	8.446	10.871	2.924

## 32 Partes relacionadas

Para o Banco, partes relacionadas são definidas como sendo a Matriz e dependências, controladores e acionistas, empresas a eles ligadas, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares.

As empresas relacionadas com as quais o Banco possui transações estão demonstradas a seguir:

	2013		2012	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Disponibilidades em moedas estrangeiras	7.421	(9.441)	5.021	(21.808)
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. - New York	287	-	2.585	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. - London	2.263	-	1.410	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. - Tokyo	4.862	-	1.026	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. - Mexico	9	-	-	-
Juros	-	6.481	-	-
Variação cambial	-	(15.922)	-	(21.808)
Aplicações em moedas estrangeiras	62.978	9.082	39.575	2.014
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. - New York	62.978	9.082	39.575	2.014
Juros	-	29	-	37
Variação cambial	-	9.053	-	1.977
Depósito à vista	(4.190)	-	(3.837)	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. - Tokyo	(4.190)	-	(3.837)	-
Obrigações por empréstimos e repasses	(1.428.974)	(159.997)	(1.062.518)	(69.517)
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. - New York	(1.428.974)	(159.997)	(1.062.518)	(69.517)
Juros	-	(96.731)	-	(10.122)
Variação cambial	-	(63.266)	-	(59.395)
Operações de <i>swap</i>	5.370	4.166	(2.633)	(3.174)
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. - New York	5.370	4.166	(2.633)	(3.174)
Prestação de serviços – Pagamentos e Recebimentos	-	13.885	-	(5.169)
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. - New York	-	12.555	-	(5.169)
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. – Leasing and Finance	-	1.381	-	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. – Tokyo	-	(51)	-	-
Outras obrigações	-	(510)	-	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. - London	-	(510)	-	-



**a. Remuneração de pessoas-chave da administração**

Em Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas foi estabelecido os honorários mensais globais da Diretoria tendo por limite o valor máximo de R\$ 10.234 a serem distribuídos entre os diretores.

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Remuneração fixa	4.265	2.958
Remuneração variável	<u>2.783</u>	<u>2.573</u>
	<u>7.048</u>	<u>5.531</u>

A quantidade de ações mantidas pela Diretoria é de 10.618 ações, que representam 0,000243742% da totalidade.

O Banco não possui benefícios pós-emprego e nem de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho para o pessoal-chave da administração.

**b. Outras informações**

Conforme legislação em vigor, o Banco não pode conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- diretores bem como aos seus respectivos cônjuges e parentes até o segundo grau;
- pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%;
- pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, o próprio Banco, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o segundo grau;
- acionista controlador do Banco.

Dessa forma, não são efetuados pelo Banco empréstimos ou adiantamentos a quaisquer entes e pessoas acima listadas.

Nota: O Banco não possui Conselhos Administrativos, Fiscais, Consultivos e semelhantes.

### **33 Obrigações de benefícios de aposentadoria**

**Benefícios de planos de pensão**

O Banco é patrocinador da Previdã, uma entidade fechada de previdência privada, de benefício definido, contribuindo mensalmente com um percentual sobre a folha de pagamento dos participantes.

O Banco é patrocinador do Fitprev, um plano de previdência complementar, de contribuição definida, para seus funcionários e administradores, admitidos após o fechamento do plano Previdã.



**Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A**  
 Demonstrações Financeiras de  
 31 de dezembro de 2013 e 2012

A tabela abaixo demonstra onde estão registrados os montantes referentes aos benefícios de planos de pensão:

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	<u>31 de dezembro de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u>	<u>1º de janeiro de 2012</u>
Valor presente das obrigações financiadas	78.902	99.508	67.987
Valor justo dos ativos do plano	<u>81.097</u>	<u>81.071</u>	<u>79.925</u>
	(2.195)	18.437	(11.938)
Valor presente das obrigações não financiadas	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivo no balanço patrimonial	<u><u>-</u></u>	<u><u>18.437</u></u>	<u><u>-</u></u>

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

**(i) Premissas atuarias**

	<u>Percentual</u>		
	<u>31 de dezembro de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u>	<u>1º de janeiro de 2012</u>
Taxa de desconto	11,29% a.a.	8,68%	10,25%
Taxa de inflação	4,5% a.a.	4,50%	4,50%
Taxa de aumentos salariais futuros	6,59% a.a.	6,59%	6,59%
Reajuste de benefícios do Plano	4,5% a.a.	4,50%	4,50%

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em opinião de atuários, de acordo com as estatísticas publicadas e a experiência em cada território.

A expectativa média de vida utilizada para determinação das obrigações atuariais é demonstrada na tabela a seguir:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Participante aos 65 anos de idade		
– Masculino	18,63	18,63
– Feminino	21,98	21,98
Participante aos 40 anos de idade (expectativa aos 65 anos)		
– Masculino	18,63	18,63
– Feminino	21,98	21,98

A sensibilidade da obrigação de benefício definido às mudanças nas principais premissas ponderadas é a seguinte:



### Impacto na obrigação de benefício definido

	<u>Mudança na premissa</u>	<u>Aumento na premissa</u>	<u>Redução na premissa</u>
Taxa de desconto	0,50%	Redução de 5,0%	Aumento de 5,4%
Taxa de aumentos salariais futuros	0,50%	Aumento de 1,5%	Redução de 1,4%
Reajuste de benefícios do Plano	0,50%	Aumento de 4,5%	Redução de 4,1%
		<u>Aumento em 1 ano na premissa</u>	<u>Redução em 1 ano na premissa</u>
Expectativa de vida		Aumento de 1,9%	Redução de 2,0%

## 34 Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relatório financeiro (IFRS 1(R))

### 34.1 Base da transição para o IFRS

#### 34.1.1 Aplicação do IFRS 1(R)

As demonstrações financeiras do Banco para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 são as primeiras demonstrações financeiras anuais em conformidade com o IFRS. O Banco aplicou o IFRS 1(R) na preparação dessas demonstrações financeiras.

A data de transição do Banco é 1º de janeiro de 2012. O Banco preparou seu balanço patrimonial de abertura segundo o IFRS nessa data.

Na preparação dessas demonstrações financeiras de acordo com o IFRS 1(R), o Banco aplicou as exceções obrigatórias relevantes.

#### 34.1.2 Isenções da aplicação retrospectiva completa - escolhidas pelo Banco

Nenhuma das isenções opcionais foram aplicadas pelo Banco:

- Combinação de negócios
- Pagamentos baseados em ações
- Contratos de seguros
- Valor justo ou reavaliação como custo presumido
- Arrendamentos
- Benefícios a empregados
- Diferenças acumuladas de conversão



- Investimentos em subsidiárias, coligadas e empreendimentos em conjunto
- Ativos e passivos de subsidiárias, coligadas e empreendimentos em conjunto
- Instrumentos financeiros compostos
- Designação de instrumentos financeiros anteriormente reconhecidos
- Mensuração pelo valor justo de ativos financeiros ou passivos financeiros
- Mudanças em passivos por desativação
- Ativos contabilizados de acordo com IFRIC 12 “Acordos de concessão de serviço”
- Custos de empréstimos
- Transferências de ativos de clientes
- Extinção de passivos financeiros com instrumentos de capital
- Hiperinflação severa

### **34.1.3 Exceções da aplicação retrospectiva seguidas pelo Banco**

O Banco aplicou as seguintes exceções obrigatórias na aplicação retrospectiva:

#### *a. Estimativas*

As estimativas segundo o IFRS em 1º de janeiro de 2012 são consistentes com as estimativas feitas na mesma data de acordo com o BR GAAP.

#### *b. Outras exceções obrigatórias*

As outras exceções obrigatórias no IFRS 1(R) não se aplicaram, pois não houve diferenças significativas com relação ao BR GAAP nessas áreas:

- Baixa de ativos e passivos financeiros
- Contabilização de *hedge accounting*
- Participação de não controladores

### **34.2 Conciliação entre BR GAAP e IFRS**

Abaixo seguem explicações sobre os ajustes relevantes nos balanços patrimoniais e na demonstração do resultado, e depois as conciliações apresentando a quantificação dos efeitos da transição.

#### *a. Taxa de conversão*

Para fins de BR GAAP, as operações ativas e passivas em moeda norte-americana são convertidas na data de fechamento pela taxa “Ptax” definida pelo Banco Central. A Ptax é uma taxa média de cotação, apurada com base nas operações realizadas no mercado.



Para fins de IFRS, no final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira foram convertidos utilizando-se a taxa de fechamento.

*b. Perdas por redução ao valor recuperável de operações de crédito*

Em BR GAAP, a provisão para redução ao valor recuperável é constituída com base na análise dos riscos de realização das operações de crédito, em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas, conforme requerimentos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, o qual considera determinados parâmetros regulamentares .

Para fins de IFRS, a provisão para redução ao valor recuperável foi estabelecida com base no histórico de perdas e outras informações conhecidas por ocasião da avaliação, conforme descrito nas Notas 2.9 e 4.1.1. subitem (b).

*c. Provisão para garantias financeiras prestadas a terceiros*

Em BR GAAP, as garantias financeiras prestadas a terceiros são controladas em contas de compensação. As tarifas cobradas pela emissão dessas garantias são reconhecidas no resultado ao longo do período de vigência da garantia prestada. Adicionalmente, para fins de BR GAAP o Banco reconhece com base em modelos internos de avaliação, para todas as garantias financeiras prestadas, de acordo com a probabilidade do fluxo de saída de recursos.

Para fins de IFRS, conforme a IAS 39, após o reconhecimento inicial destas garantias a valor justo, o Banco mensurou estas operações pelo maior valor entre: (i) o valor inicialmente reconhecido como “rendas a apropriar” e, quando apropriado, deduzido pela amortização acumulada de acordo com a IAS 18 ou (ii) o valor estimado do gasto exigido para liquidar a garantia apenas para os casos em que o Banco entende ser provável o fluxo de saída de recursos, de acordo com a IAS 37.

*d. Plano de Benefício Definido*

Para fins de BR GAAP, a partir de 31 de dezembro de 2012 o Banco passou a reconhecer um passivo atuarial decorrente do plano de benefício definido o qual é patrocinador, no montante de R\$ 18.437 , em contrapartida ao resultado do exercício.

Segundo o IFRS, os ganhos (perdas) atuarias decorrentes do plano de benefício definido devem ser reconhecidos em conta de Ajustes de avaliação patrimonial, líquido dos efeitos fiscais, diretamente no patrimônio líquido.

*e. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos*

Os impostos diferidos ativos originados de diferenças temporárias, segundo o BR GAAP, podem ser reconhecidos, mediante certas condições previstas na regulamentação, como a realização provável dos mesmos em até 10 anos.

Para fins de IFRS, o Banco reconheceu o totalidade dos impostos diferidos ativos originados de diferenças temporárias aos quais o Banco possui expectativa de realização.

As demais mudanças no imposto de renda e contribuições sociais diferidos representam os efeitos dos impostos diferidos sobre os ajustes efetuados de BR GAAP para o IFRS descritos anteriormente.



**34.2.1 Conciliação do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2012**

	<u>BR GAAP</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Ref.</u>	<u>IFRS</u>
Caixa e reserva em Banco Central	10.253	-		10.253
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado	4.246	-		4.246
Instrumentos financeiros derivativos	4.246	-		4.246
Ativos financeiros disponíveis para venda	220.452	-		220.452
Títulos e valores mobiliários	220.452	-		220.452
Empréstimos e recebíveis	2.604.487	3.590		2.608.077
Aplicações em operações compromissadas	1.528.287	-		1.528.287
Aplicações em depósitos interfinanceiros	92.742	-		92.742
Aplicações em moedas estrangeiras	17.734	-		17.734
Operações de crédito	971.965	10	(a)	971.975
Provisão para redução ao valor recuperável	(6.241)	3.580	(b)	(2.661)
Ativo imobilizado	6.287	-		6.287
Ativos intangíveis	17.810	-		17.810
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	892	(c)	892
Outros ativos	179.583	337	(a)	179.920
<b>Total do ativo</b>	<b>3.043.118</b>	<b>4.819</b>		<b>3.047.937</b>
Passivos financeiros ao valor justo através do resultado	12.620	-		12.620
Instrumentos financeiros derivativos	12.620	-		12.620
Passivos financeiros ao custo amortizado	1.836.983	368		1.837.351
Depósitos de clientes	623.255	-		623.255
Depósitos de instituições financeiras	96	-		96
Captações no mercado aberto	60.388	-		60.388
Obrigações por empréstimos e repasses	1.153.244	368	(a)	1.153.612
Provisão para passivos contingentes e fiscais	51.414	(789)	(c)	50.625
Tributos a recolher	26.132	-		26.132
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.032	(2.032)		-
Outros passivos	43.939	46	(a)	43.985
<b>Total do passivo</b>	<b>1.973.120</b>	<b>(2.407)</b>		<b>1.970.713</b>
Patrimônio líquido	1.069.998	7.226		1.077.224
Capital	853.071	-		853.071
Ações em tesouraria	(3.771)	-		(3.771)
Reservas de capital	5.103	-		5.103
Reservas de lucros	215.235	7.226		222.461
Ajustes de avaliação patrimonial	360	-		360
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>3.043.118</b>	<b>4.819</b>		<b>3.047.937</b>

**34.2.2 Conciliação do patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2012**

	<u>Ajustes</u>	<u>Ref.</u>
Patrimônio líquido em BR GAAP	1.069.998	
Taxa de conversão	(67)	(a)
Perdas por redução ao valor recuperável de operações de crédito	3.580	(b)
Provisão para garantias financeiras prestadas a terceiros	789	(c)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	2.924	(e)
<b>Patrimônio líquido em IFRS</b>	<b>1.077.224</b>	



**34.2.3 Conciliação do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012**

	<u>BR GAAP</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Ref.</u>	<u>IFRS</u>
Caixa e reserva em Banco Central	54.147	-		54.147
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado	118.426	-		118.426
Títulos e valores mobiliários	93.269	-		93.269
Instrumentos financeiros derivativos	25.157	-		25.157
Ativos financeiros disponíveis para venda	874.725	-		874.725
Títulos e valores mobiliários	874.725	-		874.725
Empréstimos e recebíveis	2.802.205	5.578		2.807.783
Aplicações em operações compromissadas	1.843.027	-		1.843.027
Aplicações em depósitos interfinanceiros	19.717	-		19.717
Aplicações em moedas estrangeiras	39.575	-		39.575
Operações de crédito	908.505	1.225	(a)	909.730
Provisão para redução ao valor recuperável	(8.619)	4.353	(b)	(4.266)
Ativo imobilizado	23.288	-		23.288
Ativos intangíveis	17.015	-		17.015
Imposto de renda e contribuição social	13.874	(9.971)	(e)	3.903
Outros ativos	139.183	4.025	(a)	143.208
<b>Total do ativo</b>	<b>4.042.863</b>	<b>(368)</b>		<b>4.042.495</b>
Passivos financeiros ao valor justo através do resultado	515.863	-		515.863
Instrumentos financeiros derivativos	60.242	-		60.242
Obrigações por empréstimos no exterior	455.621	-		455.621
Passivos financeiros ao custo amortizado	2.249.840	2.520		2.252.360
Depósitos de clientes	1.356.282	-		1.356.282
Depósitos de instituições financeiras	35	-		35
Captações no mercado aberto	227.018	-		227.018
Obrigações por empréstimos e repasses	666.505	2.520	(a)	669.025
Provisão para passivos contingentes e fiscais	61.088	(3.425)	(c)	57.663
Tributos a recolher	31.597	-		31.597
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.969	(6.969)		-
Outros passivos	80.262	3.002	(a)	83.264
<b>Total do passivo</b>	<b>2.945.619</b>	<b>(4.872)</b>		<b>2.940.747</b>
Patrimônio líquido	1.097.244	4.504		1.101.748
Capital	853.071	-		853.071
Ações em tesouraria	(3.906)	-		(3.906)
Reservas de capital	5.103	-		5.103
Reservas de lucros	242.720	15.567	(d)	258.287
Ajustes de avaliação patrimonial	256	(11.063)	(d)	(10.807)
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>4.042.863</b>	<b>(368)</b>		<b>4.042.495</b>



**34.2.4 Conciliação do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2012**

	<u>Ajustes</u>	<u>Ref.</u>
Patrimônio líquido em BR GAAP	1.097.244	
Taxa de conversão	(270)	(a)
Perdas por redução ao valor recuperável de operações de crédito	4.352	(b)
Provisão para garantias financeiras prestadas a terceiros	3.425	(c)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	<u>(3.003)</u>	(e)
Patrimônio líquido em IFRS	<u>1.101.748</u>	

**34.2.5 Conciliação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012**

	<u>BR GAAP</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Ref.</u>	<u>IFRS</u>
Receitas de juros e similares	222.020			222.020
Despesas de juros e similares	<u>(82.682)</u>			<u>(82.682)</u>
Receita líquida de juros	<u>139.338</u>			<u>139.338</u>
Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros	28.389			28.389
Ganhos (perdas) cambiais, líquidos	3.021	(203)	(a)	2.818
Receita líquida de comissões e prestação de serviços	7.719			7.719
Provisão para redução ao valor recuperável de operações de crédito	(2.377)	772	(b)	(1.605)
			(a), (c), (d)	
Outras receitas (despesas) operacionais	(20.284)	21.074		790
Despesas de pessoal	(70.763)			(70.763)
Depreciação e amortização	(5.098)			(5.098)
Outras despesas administrativas	<u>(35.445)</u>			<u>(35.445)</u>
Lucro operacional antes da tributação	<u>44.500</u>	<u>21.643</u>		<u>66.143</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(24.140)	81		(24.059)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>8.869</u>	<u>(13.383)</u>	(e)	<u>(4.514)</u>
Lucro líquido do exercício	<u>29.229</u>	<u>8.341</u>		<u>37.570</u>



**34.2.6 Conciliação do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013**

	<u>BR GAAP</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Ref.</u>	<u>IFRS</u>
Caixa e reserva em Banco Central	73.834	-		73.834
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado	63.310	-		63.310
Títulos e valores mobiliários	50.351	-		50.351
Instrumentos financeiros derivativos	12.959	-		12.959
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.140.836	-		1.140.836
Títulos e valores mobiliários	1.140.836	-		1.140.836
Empréstimos e recebíveis	3.795.610	9.288		3.804.898
Aplicações em operações compromissadas	2.390.142	-		2.390.142
Aplicações em depósitos interfinanceiros	55.469	-		55.469
Aplicações em moedas estrangeiras	62.978	-		62.978
Operações de crédito	1.301.685	5	(a)	1.301.690
Provisão para redução ao valor recuperável	(14.664)	9.283	(b)	(5.381)
Ativo imobilizado	31.356	-		31.356
Ativos intangíveis	23.802	-		23.802
Imposto de renda e contribuição social	13.616	(13.616)	(e)	-
Outros ativos	178.518	201	(a)	178.719
<b>Total do ativo</b>	<b>5.320.882</b>	<b>(4.127)</b>		<b>5.316.755</b>
Passivos financeiros ao valor justo através do resultado	1.022.796	-		1.022.796
Instrumentos financeiros derivativos	268.591	-		268.591
Obrigações por empréstimos no exterior	754.205	-		754.205
Passivos financeiros ao custo amortizado	2.931.976	87		2.932.063
Depósitos de clientes	2.039.647	-		2.039.647
Depósitos de instituições financeiras	57	-		57
Captações no mercado aberto	148.510	-		148.510
Obrigações por empréstimos e repasses	743.762	87	(a)	743.849
Provisão para passivos contingentes e fiscais	76.742	(3.638)	(c)	73.104
Tributos a recolher	32.622	-		32.622
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.554	(8.446)	(e)	7.108
Outros passivos	101.769	115	(a)	101.884
<b>Total do passivo</b>	<b>4.181.459</b>	<b>(11.882)</b>		<b>4.169.577</b>
Patrimônio líquido	1.139.423	7.755		1.147.178
Capital	853.071	-		853.071
Ações em tesouraria	(3.906)	-		(3.906)
Reservas de capital	5.103	-		5.103
Reservas de lucros	285.279	6.603		291.882
Ajustes de avaliação patrimonial	(124)	1.152		1.028
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>5.320.882</b>	<b>(4.127)</b>		<b>5.316.755</b>



### 34.2.7 Conciliação do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2013

	<u>Ajustes</u>	<u>Ref.</u>
Patrimônio líquido em BR GAAP	1.139.423	
Taxa de conversão	4	(a)
Perdas por redução ao valor recuperável de operações de crédito	9.283	(b)
Provisão para garantias financeiras prestadas a terceiros	3.638	(c)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	<u>(5.170)</u>	(e)
Patrimônio líquido em IFRS	<u>1.147.178</u>	

### 34.2.8 Conciliação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013

	<u>BR GAAP</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Ref.</u>	<u>IFRS</u>
Receitas de juros e similares	368.809	-		368.809
Despesas de juros e similares	<u>(251.410)</u>	<u>-</u>		<u>(251.410)</u>
Receita líquida de juros	<u>117.399</u>	<u>-</u>		<u>117.399</u>
Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros	62.451	-		62.451
Ganhos (perdas) cambiais, líquidos	16.630	274	(a)	16.904
Receita líquida de comissões e prestação de serviços	30.309	-		30.309
Provisão para redução ao valor recuperável de operações de crédito	<u>(6.045)</u>	4.930		<u>(1.115)</u>
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.112)	(18.224)	(a), (c), (d)	(19.336)
Despesas de pessoal	(86.120)	-		(86.120)
Depreciação e amortização	(7.813)	-		(7.813)
Outras despesas administrativas	<u>(41.847)</u>	<u>-</u>		<u>(41.847)</u>
Lucro operacional antes da tributação	<u>83.852</u>	<u>(13.020)</u>		<u>70.832</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(29.585)	-		(29.585)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(9.097)</u>	<u>5.208</u>	(e)	<u>(3.889)</u>
Lucro líquido do exercício	<u>45.170</u>	<u>(7.812)</u>		<u>37.358</u>

## 35 Eventos subsequentes

### Medida Provisória nº 627 (MP 627/13)

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e Cofins. A MP 627/13 dispõe sobre:

A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;



A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e

O parcelamento especial de Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

O Banco aguardará a conversão em Lei da MP 627/13 para uma análise mais profunda e conclusiva. Em uma avaliação preliminar, não haverá impactos para o Banco.